

Mandato 2013/2017

Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Palmela Realizada no dia 28 de fevereiro de 2014 Ata N.º 4

No dia vinte e oito de fevereiro de dois mil e catorze, pelas vinte e uma horas e doze minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal em Palmela, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal do Município de Palmela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO UM – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro;

PONTO DOIS - Aprovação do Regimento da Assembleia Municipal de Palmela;

PONTO TRÊS — Designação dos Representantes da Assembleia Municipal no Conselho Municipal de Juventude de Palmela;

PONTO QUATRO – Eleição de Representante para integrar o Conselho Local de Mobilidade.

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá, pelo Primeiro Secretário, Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete e pelo Segundo Secretário, Sra. Andreia Sofia Dias Bento.

Efetuada a chamada verificou-se a presença dos elementos abaixo identificados.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá;
- Sr. Domingos da Costa Rodrigues;
- Sra. Ana Cláudia Romão Manuelito Nunes dos Santos;
- Sr. António Manuel Caeiro Mestre;
- Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura;
- Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete;
- Sra. Rosa Maria Ramos Dinis;
- Sr. Luís Manuel Paciência Pato;
- Sra. Andreia Sofia Dias Bento;
- Sr. Nidberto Patuleia Paiva;
- Sra. Dina Maria Mateus Pereira Serra;
- Sra. Sónia Cristina Matos Rodrigues Semião;
- Sr. Fernando António Figueira Baião;
- Sr. Manuel Joaquim Fernandes Lagarto;
- Sra. Ana Filipa Sobral Raposo Maria;
- Sr. Mário Miguel Xavier Felicidade;
- Sra. Maria Adelaide Santos Benedito.

Por parte do Partido Socialista (PS):



- Sr. Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão;
- Sra. Ilda Sofia Pereira Dias Fino;
- Sr. José Carlos Matias de Sousa;
- Sr. Bruno Eduardo Guerreiro da Luz Grazina;
- Sra. Carla Sofia Freitas Oliveira;
- Sr. José Manuel da Cruz Silvério;
- Sr. Ricardo Jorge de Oliveira Marques;
- Sra. Elisabete Maria Martins Cavaleiro.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata. Centro Democrático e Social/Partido Popular (PPD/PSD.CDS-PP):

- Sra. Maria Rosa Pinto Bôcas;
- Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim;
- Sr. Pedro Miguel Alves Fidalgo Sérgio.

Por parte do Bloco de Esquerda (BE):

Sr. Carlos Manuel da Silva Oliveira.

Feita a chamada verificou-se a ausência de:

- Sr. Joaquim Silvino Pato Caçoete da CDU;
- Sr. Simplício Joaquim Guerra Piteira da CDU;
- Sr. Valentim Rodrigues Pinto da CDU;
- Sr. José da Cruz Silvério da CDU;
- Sr. Pedro Alexandre Matos Barosa do PS;
- Sr. Fernando Luís Justino Coelho do PS;
- Sr. Carlos Miguel Viegas Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP;
- Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos do BE.

Em representação do Executivo Camarário estiveram presentes:

- Sr. Presidente Álvaro Manuel Balseiro Amaro;
- Sra. Vereadora Adília Maria Prates Candeias;
- Sr. Vereador Adilo Oliveira Costa;
- Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho;
- Sra. Vereadora Maria da Natividade Charneca Coelho;
- Sr. Vereador Pedro Gonçalo da Ponte Margues Taleço;
- Sra. Vereadora Cristina Maria de Carvalho Baptista Vasques Rodrigues;
- Sr. Vereador Paulo Jorge Simões Ribeiro.



Iniciando os trabalhos, a **Sra. Presidente da Mesa** informou que:

- O **Sr. Joaquim Silvino Pato Caçoete da CDU** justificou a ausência à sessão, por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocada a **Sra. Ana Filipa Sobral Raposo Maria** que se encontrava presente;
- O Sr. Valentim Rodrigues Pinto da CDU, Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo, informou que não lhe é possível estar presente na sessão, fazendo-se substituir pelo Sr. Mário Miguel Xavier Felicidade, Tesoureiro do Executivo. Pelo exposto, foi a falta considerada justificada.
- O Sr. José da Cruz Silvério da CDU, Presidente da União das Freguesias de Poceirão e Marateca, informou que não lhe é possível estar presente na sessão, fazendo-se substituir pela Sra. Maria Adelaide Santos Benedito, Vogal do Executivo. Pelo exposto, foi a falta considerada justificada.
- O Sr. Pedro Alexandre Matos Barosa do PS justificou a ausência à sessão, por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o Sr. Ricardo Jorge de Oliveira Marques que se encontrava presente;
- O **Sr. Fernando Luís Justino Coelho do PS** justificou a ausência à sessão, por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocada a **Sra. Elisabete Maria Martins Cavaleiro** que se encontrava presente;
- O Sr. Carlos Miguel Viegas Vitorino do PPD/PSD.CDS-PP justificou a ausência à sessão, por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o Sr. Pedro Miguel Alves Fidalgo Sérgio que se encontrava presente;
- A **Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos do BE** justificou a ausência à sessão, por motivos pessoais, tendo a falta sido considerada justificada.

De imediato, procedeu-se à tomada de posse dos novos Membros, a saber: **Sra. Ana Filipa Sobral Raposo Maria da CDU**, **Sr. Mário Miguel Xavier Felicidade da CDU**, **Sra. Maria Adelaide Benedito da CDU**, **Sr. Ricardo Jorge de Oliveira Marques do PS**, **Sra. Elisabete Maria Martins Cavaleiro do PS e Sr. Pedro Miguel Alves Fidalgo Sérgio do PPD/PSD.CDS-PP**, que após juramento de honra e assinadas as respetivas atas, que ficarão apensas à presente, foram empossados no cargo.

Solicitou a **Sra. Presidente da Mesa** a aprovação em minuta dos pontos que iriam ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

No seguimento, a **Sra. Presidente da Mesa** colocou à aprovação a minuta da Ata Número Um e Número Dois, datadas de quinze de outubro de dois mil e treze e de vinte e oito de novembro de dois mil e treze, respetivamente, dispensando-se a sua leitura em virtude de terem sido previamente distribuídas. Foi dada a palavra aos Srs. Membros presentes para as intervenções que considerassem oportunas.

Não havendo intervenções, foram as atas aprovadas, por maioria, com vinte e oito votos a favor (dezassete da CDU, oito do PS, dois do PPD/PSD.CDS-PP e um do BE) e com uma abstenção do PPD/PSD.CDS/PP.

Agradecendo a presença do público, a **Sra. Presidente da Mesa** informou que, tratando-se de uma sessão ordinária, o período que se segue é destinado à sua intervenção.

Intervenção da **Sra. Madalena Oliveira**, moradora em Pinhal Novo:



"Boa noite a todos. Para já começo por manifestar a minha indignação por que é que eu estarei que estar aqui em pé a falar e os Senhores estão todos sentados. Posso-me sentar?"

A Sra. Presidente da Mesa:

"Ah! Pode. Tem é que levar o microfone consigo. Alquém faz o favor, eu vou-lhe explicar, pronto, está bem."

A Sra. Madalena Oliveira

"De fato não faz muito sentido estar aqui, enfim, parece que estou num teatro, em palco. Bom, muito boa noite a todos. A razão da minha intervenção..."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Tem que dirigir o microfone."

A Sra. Madalena Oliveira:

"A razão da minha intervenção, e aliás, a minha presença pela primeira vez numa atividade deste género e das pessoas que, aliás, estão aqui também comigo e que vieram comigo, tem a ver com um pedido de esclarecimento..."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Vou interrompê-la, para pedir, desculpe, o nome, que eu não registei."

A Sra. Madalena Oliveira:

"Ah desculpe, não registou porque eu não disse: Madalena Oliveira e moro no Pinhal Novo tal como várias das pessoas que estão aqui.

No fundo o que pretendo é um pedido de, enfim, de justificação, de resposta da parte da Câmara de Palmela, porque penso que será da competência da Câmara a questão que tenho para colocar e, portanto, penso que é uma questão muito simples. Só para fazer um breve enquadramento e perceberem a questão que, como digo, não tem nada de complexo. Nós moramos na zona da Venda do Alcaide, não na zona das vivendas que normalmente as pessoas chamam a 'Venda do Alcaide - Os Ricos', mas na parte da 'Venda do Alcaide - Os Pobres', ou seja, ali ao pé da Palhota e de Vale da Vila, salvo o erro, é o nome da terra, o que significa que moramos numa zona onde para chegarmos a nossa casa vamos praticamente por caminhos de cabras; por estradas que estão, neste momento, completamente intransitáveis! Se alguém duvidar é uma questão de lá ir, convido, podemos fazer-vos um passeio guiado, e será seguramente uma bela surpresa para quem não conhecer. Significa isso que para chegarmos ou sairmos de nossas casas, promessa, enfim, penso que está..., segundo...

Eu moro naquela zona, deixem-me fazer este breve parênteses, há cerca de oito anos. Há aqui pessoas que vieram comigo que moram há setenta e mais anos e, portanto, conhecem melhor a zona do que eu e que, segundo me foi dito, há uma promessa de aquela zona ser alcatroada há mais de dez anos. Cada vez que há eleições para as Juntas e para as Câmaras, enfim, faz parte das promessas eleitorais, promessas leva-as o vento, não é, de que, sim senhora, é desta vez que vamos alcatroar as estradas. Todos os anos no verão é um pó insuportável, sobretudo quem mora à beira da estrada, no inverno é um lamaçal e, enfim, um mar de buracos que é de cair de buraco em buraco; parece que estamos quase a andar de barco, de tal forma é o estado em que as estradas se encontram.

Este ano, como todos sabemos de fato, o inverno foi um pouco mais agreste e desde o dia sete de janeiro que eu ando a enviar [mensagens eletrónicas], para a Câmara de Palmela, para a Junta de Freguesia. Tive



resposta inicialmente pelos Serviços de Atendimento Geral da Câmara a dizerem que o assunto não era com eles, que era com as Juntas. Escrevi para a Junta, a Junta diz: 'agora não podemos ir arranjar, só quando o tempo estiver bom'. Bom, mas agora é que o problema se coloca, não é? Voltei a escrever para a Câmara, enfim, tenho [várias mensagens eletrónicas trocadas] entre a Câmara e a Junta, [a última das] quais no dia doze de fevereiro. E são [várias], portanto, tenho toda a documentação comigo, posso comprovar tudo aquilo que estou a dizer, e que nem resposta tive. Aliás, cheguei a pedir para marcar uma reunião com o Presidente da Câmara, foi-me dito quase que isso era uma situação impossível e inacessível, o que de fato achei muito estranho uma munícipe não poder ter uma reunião com o Sr. Presidente da Câmara, mas enfim, e a resposta nem pensar.

Bom, de fato o que aconteceu foi que já esta semana, em desespero de causa, porque quase não conseguimos entrar e sair das nossas casas, tivemos uma reunião. Pusemo-nos lá de plantão, na Junta de Freguesia, e na quarta-feira conseguimos uma reunião com três membros da Junta, porque também por coincidência o Sr. Presidente da [Junta] não estava - curiosamente chegou quando nós vínhamos a sair - e por coincidência também nesse dia começaram a arranjar o Aceiro Principal. Portanto, para quem não conhece há uma rua que atravessa, eu chamo-lhe rua..."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Desculpe, não se importa de dizer o nome da rua?"

A Sra. Madalena Oliveira:

"Aceiro dos Arraiados, Arraiados. Aceiro dos Arraiados, que atravessa aquela zona toda e que é, digamos, que a nossa estrada principal e depois há uma série de Aceiros transversais. Nós moramos, eu moro num dos transversais, mas esse Aceiro principal, é impossível ir para os outros sem passar por aquele completamente intransitável, como todos os outros. Curiosamente na quarta-feira foram, foi para lá uma máquina, máquina essa que eu não sei explicar tecnicamente... Isso quer dizer o quê?! Para ser mais rápida?!"

A Sra. Presidente da Mesa:

"Quer dizer que estou a pedir à Senhora que faça o favor de tentar ser mais objetiva para nós podermos dar oportunidade a outras pessoas. Está bem? Só por isso."

A Sra. Madalena Oliveira:

"Eu tenho todo o tempo do mundo. Se venho a uma reunião com a Câmara é para expor aquilo que quero dizer, penso eu, mas pronto."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Não, desculpe. Depois eu já lhe explico qual é, talvez, a regra para o funcionamento da Assembleia."

A Sra. Madalena Oliveira:

"Pronto, não foi explicado, eu pensei que era referir qual é o nosso problema, não é? Pronto."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Não, eu disse que..."



A Sra. Madalena Oliveira:

"O que acontece é que de fato foi a máquina; empurra a terra de um lado para o outro, tapa o buraco, mas eles ficam lá. Portanto, daqui a dois dias quando chover volta ao mesmo. E nada mais foi feito.

Dado que existe a tal promessa e pensamos que temos esse direito - pagamos os nossos impostos e elegemos os nossos representantes - de pelo menos o Aceiro dos Arraiados, que é o tal grande que atravessa toda aquela zona, ser alcatroado. E indo então à minha pergunta objetiva e simples: Sr. Presidente da Câmara, para quando está previsto de fato alcatroar, no mínimo, o Aceiro dos Arraiados? Muito obrigado."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Sim senhora, muito obrigada pela sua intervenção.

Eu agora antes de dar a palavra vou explicar porque é que o microfone está ali. Vamos lá a ver, claro que isto é uma reunião onde, é uma reunião da Assembleia Municipal, tem um espaço dedicado à participação das Sras. e dos Srs. Munícipes, é uma reunião pública, aberta naturalmente à presença e à participação de todos. Repito aquilo que disse no início. De facto a intervenção dos munícipes na Assembleia, está concentrado aqui, no período inicial da reunião e depois há, enfim, por acaso hoje temos quatro pontos, mas às vezes temos dez, às vezes temos quinze, enfim, e portanto é normal que as pessoas intervenham em pé. Não é por nenhuma questão de princípio, é só por uma questão prática. Ou seja, nós agora vamos, alguém vai vir, enfim, como calcula não tem nenhuma dificuldade, mas alguém vai fazer chegar o microfone à outra pessoa que estará noutro sítio qualquer. Portanto, foi só por isso que nós, por uma razão prática repito, colocámos o microfone no centro da sala e pedimos às pessoas que se desloquem. Ou seja, é mais fácil cada um fazer isso, não é, do que haver um funcionário que tem que estar aí a passar o microfone a todas as pessoas. Depois é por uma outra razão. É que a Senhora estava a falar e eu de fato ouvia a sua voz, mas mal via, por quê? Porque sentada fica com o microfone à sua frente; se estiver em pé é um bocadinho mais fácil.

Portanto, é apenas uma questão de comodidade do nosso ponto de vista, para neste caso principalmente... Naturalmente os eleitos da Assembleia, os eleitos da Câmara, que têm de fato a obrigação de ouvir os munícipes perceberem o que dizem, poderem interagir com eles e, portanto, é uma razão estritamente prática. Eu compreendo que pode não ser muito cómodo para a Senhora estar uns minutinhos em pé, mas pronto, já resolvemos o assunto; a Senhora fez chegar o microfone a si própria e, portanto, eu peço ao próximo interveniente que faça o favor ou, se não se importar de falar em pé, muito bem. Se se importar faz o favor de pegar no microfone e faz o mesmo que a Senhora fez.

Nós vamos ouvir as questões todas. Há questões que obviamente poderão ter resposta e serão respondidas. Há questões que podem não ter resposta nesta Assembleia e, portanto, fica a preocupação, o registo, etc. O que for possível e naquilo que for possível, a resposta do Sr. Presidente da Câmara. Com certeza que ele próprio dirá se o pode fazer. O que não for, nós Assembleia remetemos naturalmente à Câmara para o enquadramento possível. Está bem?

Vou pedir o favor de se identificar da mesma maneira. Boa noite e dizer então qual é a questão que o traz por favor."

<u>Intervenção do **Sr. Ivo Santos**, morador em Aires:</u>

"Ora boa noite. O meu nome é Ivo Santos, sou munícipe de... Vivo em Aires, vivo aqui há sensivelmente onze anos no Concelho de Palmela, Rua do Parque. Peço desculpa de estar de costas.

Então a minha questão é breve e é singela, ou seja, a pergunta que eu tenho para fazer já fiz à [ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos]. Não me responderam, normal. E baseia-se no seguinte: Eu queria saber qual é a razão para a qual a Câmara Municipal de Palmela - a água é pública, concordo; uma das águas mais baixas do País em valores, concordo, pronto ok, tudo bem -, mas estar a cobrar o valor do RSU [Resíduos Sólidos Urbanos] conforme a água que se gasta, penso eu, que não está correto, ou seja, eu vou deixar de tomar banho para pagar menos RSU. Ou vou deixar de fazer a minha



higiene oral para pagar menos RSU. E quando, e quando, isto também - por acaso, a moção do PS vem falar nisso -, se por acaso, se por acaso for privatizada a EGF [Empresa Geral do Fomento, S.A.], ou seja, nós vamos ter uma água pública e vamos ter uma empresa privada a gerir os resíduos, resíduos RSU. Nós vamos pagar os resíduos conforme se gasta da água. Será também uma das rendas como está na fatura da EDP [Electricidade de Portugal, S.A.]? A pergunta é simples. Obrigado e boa noite."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Muito obrigada também. Pergunto se há mais alguma questão que queiram colocar por favor? Então, pergunto ao Sr. Presidente da Câmara se quer responder às questões colocadas. Por favor, Sr. Presidente, tem a palavra."

Após lhe ter sido concedida palavra pela **Sra. Presidente da Mesa**, respondeu o **Sr. Presidente da Câmara**:

"Boa noite a todas e a todos. Cumprimento particularmente a Sra. Presidente, os restantes Membros da Mesa, as Sras. e Srs. Vereadores, as Sras. e os Srs. Membros da Assembleia Municipal, naturalmente as Sras. e os Srs. Munícipes, Jornalistas, e saudar em primeiro lugar a participação de munícipes no Período Antes da Ordem do Dia. São sempre bem-vindos e este é um órgão deliberativo, é um órgão que a presença do Executivo também serve precisamente para prestar os esclarecimentos que julguem convenientes, e ao contrário do que foi referido, não é impossível reunir com o Presidente da Câmara que, aliás, todas as semanas faz cerca de uma dezena de atendimentos. Tem naturalmente outros compromissos, mas também tem Serviços, também tem Vereadores, também tem Dirigentes que podem atender os nossos munícipes. Em todo o caso tenho muito prazer em responder às questões suscitadas.

<u>Começando pela questão apresentada pela D. Madalena Oliveira</u>. Dizer-lhe que conheço muito bem o território e conheço naturalmente essa zona, aliás, tenho origens nessa zona. Aquilo que refere Venda do Alcaide é evidente que a Sesmaria da Venda do Alcaide vai desde a zona da Nova Alcaide até aos limites do Vale da Vila e são daí as minhas origens.

Efetivamente o Aceiro dos Arraiados é um aceiro que consideramos estruturante. Temos outros para asfaltar e esse Aceiro estruturante foi considerado como prioritário para este mandato. Aliás, devo-lhe dizer que no Pinhal Novo, na Freguesia de Pinhal Novo, o nosso compromisso é executar neste mandato dois asfaltamentos nessa zona, nomeadamente, o Aceiro dos Arraiados e o Aceiro ou Rua das Sapatarias. Por quê? Vamos começar primeiro pela Rua das Sapatarias que já está infraestruturada. Vai ter a remodelação da rede de água que vai ser substituída antes de metermos um pavimento novo, porque é uma rede já com alguns anos. Já tem hoje a possibilidade de drenagem de águas residuais domésticas e, portanto, é aquele que já temos projeto, orçamento e embora esteja na nossa proposta de Grandes Opções do Plano [GOP], aprovado em novembro, para dois mil e quinze, se não estou em erro, é nossa intenção antecipar o asfaltamento do Aceiro, perdão, da Rua dos Comerciantes, exatamente.

O Aceiro dos Arraiados está também no nosso plano; está no ano de dois mil e dezassete. Mas dizer-lhe que esta calendarização é uma calendarização que foi prevista em novembro em face de um Orçamento que, e de previsões Orçamentais que tínhamos naquela altura. Nós teremos oportunidade em várias revisões ao Orçamento de fazer afinações na calendarização. Mas a calendarização de obras, tem que ver também com outras opções técnicas; não tem que ver só com os Orçamentos. E, aliás, a passagem do anterior Mandato para este Mandato teve que ver com questões financeiras, que são conhecidas de todos e a que o Município de Palmela não é de todo o único exemplo.

Mas nós tínhamos inicialmente ideia de ver alargada a rede de emissários da SIMARSUL [Sistema Integrado Multimunicipal de Águas Residuais da Península de Setúbal, S.A.] naquelas zonas e, portanto, havendo uma rede de emissários para alargar havia que esperar também que a SIMARSUL fizesse esse investimento. Acontece que aquilo que conhecemos hoje do Plano de Investimentos da SIMARSUL não é espetável que isso venha a ser feito nos próximos anos e, por isso, não vamos esperar e vamos ter que avançar para o asfaltamento do Aceiro, mesmo sem fazer mais drenagem de águas residuais domésticas no Aceiro dos Arraiados.



Assim sendo, é nossa intenção cumprir - e cá estaremos depois para verificar se efetivamente isso acontece ou não -, até porque tivemos oportunidade de fazer já o levantamento topográfico para, entretanto, desenvolvermos o projeto, verificar as zonas de inundação, as zonas de atravessamentos hidráulicos, porque aquilo não se trata de pôr apenas um tapete betuminoso. É necessário tratar bermas, é necessário tratar valetas, e as instruções que dei aos Serviços foi até para fazermos um perfil de estrada que evite, se possível, expropriações e mexidas nos muros porque isso então vamos estar certamente com mais delongas porque há sempre estes processos expropriativos que atrasam os projetos. Portanto, nós a convicção que temos e da gestão orçamental e rigorosa, financeira, que estamos a fazer é que será possível concretizar essa obra este Mandato. Se for possível antecipá-la, fá-lo-emos com todo o gosto.

Em relação à conservação dos aceiros, efetivamente o conhecimento que temos é que a Junta de Freguesia de Pinhal Novo, que costuma intervir com rapidez e eficácia na conservação dos aceiros, teve, como teve a Câmara Municipal, como tiveram quaisquer Autarquias no País, dificuldades - face às intempéries sucessivas e ao não abrandamento das chuvas - dificuldades em intervir, porque qualquer hora de máquina ali, ou a colocação de *touvenant* para fazer daquela estrada um autêntico *«pudim»* não iria certamente resolver o problema. Agora que o tempo amainou, estão criadas as condições para se fazer a regularização e o reperfilamento da via com máquina niveladora e, se for caso disso, fazer recargas de *touvenant*. Nós procuraremos com a Junta de Freguesia perceber se é necessário por a recarga de *touvenant*. A Junta está já disponível para isso e a Câmara também estará disponível para apoiar, se for essa a necessidade da Junta. Portanto, estas duas notas de compromisso e de informação sobre o ponto de situação do Aceiro dos Arraiados.

Quanto à questão suscitada pelo nosso Munícipe Ivo Santos, eu quero dizer-lhe, caro Ivo, que efetivamente esta metodologia é aquela que é utilizada pela generalidade das entidades gestoras dos sistemas de abastecimento de água. Fazendo... O Senhor para além, como todos nós, para além de uma tarifa fixa, e recordo-lhe que estas questões também são impostas por um Regulamento Geral de Regime Jurídico que existe para os sistemas de abastecimento de água e depois os Municípios adotam determinadas opções e metodologias que são, aliás, fiscalizadas pela ERSAR.

Eu acho estranho a ERSAR não lhe responder, porque esse até é um dos indicadores. Nós temos a obrigação de responder ao Senhor, e eles também, e eles quando têm alguma dúvida interpelam o Município sobre aquilo que se passa. Mas quero dizer-lhe que o nosso Regulamento, que foi aprovado, aliás, por unanimidade nesta Câmara também, foi um Regulamento que teve sujeito a parecer da Entidade Reguladora. E, portanto, aquilo que nós fazemos é o seguinte: neste momento qualquer um de nós paga na fatura da água uma tarifa fixa pelo fato de ter o Servico de Recolha de Resíduos. Use muito ou use pouco. Até pagamos para aqueles que não têm ligação de água, mas isso infelizmente é assim. Nós podemos ter contentores na nossa rua que são utilizados até por estranhos, por gente que não é do nosso concelho, mas pronto, o serviço está e há um custo fixo de ter o serviço. Depois a percentagem apurada, que neste momento para o consumidor doméstico é de quarenta por cento do consumo de água, é uma percentagem muito razoável. Foi no passado trinta, neste momento são quarenta por cento do consumo. Cinquenta? Ah! Quarenta e cinco. Peço desculpa. Sim, sim, foi também aprovado aqui por unanimidade, mas peço desculpa, foi um lapso meu. Já não tenho a área desde que sou Presidente e então escapou-me esse pormenor. E dizer-lhe que apesar disso, na súmula da fatura todas estas taxas/tarifas que praticamos, pagamos ainda a TGR (Taxa de Gestão de Resíduos), também, por deposição em aterro, etc., que vai aumentar... Consequimos ter, neste momento, a par com Alcochete, das faturas mais baixas da Área Metropolitana de Lisboa e das mais baixas do País. Aliás, um recente estudo publicado no Jornal de Notícias veio confirmar isso mesmo.

Agora aquilo que o Senhor refere é muito mais grave ainda do que a expetativa que possa ter. É que aquilo que se desenha para os resíduos é que paguemos inclusivamente percentagens para a recolha seletiva, para a reciclagem. E de fato aí eu espero que não cheguemos a essa situação, mas aí vamos poder confirmar que este sistema que temos ainda é o mais justo, ainda é o mais justo. E aproveito para esclarecer aqui os nossos munícipes sobre outro aspeto: aquilo que pagamos de percentagem para os esgotos, também na fatura da água, a Entidade Reguladora, a Entidade Reguladora recomenda que sejam aplicados noventa por cento do consumo de água. Por quê? Porque a Entidade Reguladora parte do pressuposto que nós consumiremos para consumo humano efetivamente, no máximo dez por cento da água, porque tudo o resto vai para o sistema de drenagem. Obviamente eles não contam que nós também regamos jardins, mas esta é



uma norma, uma diretiva Europeia a que não... Devesse poupar água e, portanto, toda a outra água que não é consumida, que irá para o sistema de drenagem de águas residuais. A Entidade Reguladora recomenda noventa por cento, como pode verificar, foi uma opção política manter ainda assim as percentagens em metade, em metade daquilo que a Entidade Reguladora recomenda.

Pois nós também conhecemos situações de Municípios também já no nosso País, mas que se inspiraram noutros sistemas de faturação - mas isso é onde existe praticamente recolha individualizada porta a porta nalguns Centro Históricos, nalgumas pequenas localidades -, mas onde hoje as pessoas, independentemente de terem ou não terem fatura, têm também uma taxa fixa para pagar. Nós não conseguimos fazer isso ainda, talvez no futuro, nos processos dos novos licenciamentos das habitações. Mesmo quem tenha furo, vai ter de ter um contrato de recolha com o Município. Fazemo-lo hoje para introduzir justiça no sistema ao comércio e indústria, porque há muitas indústrias, como sabe, pelos consumos de água elevados que têm, que têm furo. Ora, nós não temos qualquer controlo, não é, dos resíduos que são produzidos por aí. Assim sendo, não podemos faturar a esses utilizadores. Não podíamos! É que desde o final do ano passado passámos a poder faturar e estamos a notificar para fazer contratos em que é uma tarifa fixa. Como não conseguimos apurar é uma tarifa fixa muito mais cara do que aquela que os particulares pagam, mas é uma forma de introduzir justiça no sistema.

Por último, dar-lhe também uma nota porque é que a generalidade dos municípios utilizam a percentagem para os resíduos. É que também quem tem jardins, também corta relva, também tem arbustos, também os deposita ao lado dos contentores e, portanto, todo esse Serviço de Recolha tem um custo, tem um custo também associado. O ideal seria quase que andarmos de porta em porta a pesar os resíduos, e cada um pagaria consoante os quilos que produzisse, mas isso é quase impossível. Nós estaremos sempre disponíveis para conhecer outros sistemas, agora o que lhe garanto é que aquilo que o PERSU [Plano Estratégico Setorial de Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos], que é o Plano Estratégico que está definido para os próximos anos, imposto em parte pela União Europeia e numa lógica neoliberal por este Governo, vai agravar substancialmente as tarifas dos resíduos sólidos e, inclusivamente, teremos que taxar as pessoas, por exemplo, pela recolha dos resíduos elétricos valorizáveis. Aquilo que dantes..., nós temos um televisor, etc., deixamos no fornecedor que nos vende outro, independentemente de comprarmos novos ou velhos aquilo que pretende é que toda a gente paque uma percentagem para a recolha dos REEE [Resíduos de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos], exatamente. Portanto, é a explicação que lhe posso dar. Espero que a ERSAR também o ajude a compreender isto. O que eu posso defender é que creio que o nosso Município pode não ter um sistema perfeito, mas é aquele que menos penaliza os nossos munícipes, e essa foi uma opção política e, enfim, quem discordar fará o favor de demonstrar o contrário."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Sr. Presidente, obrigada. Pergunto se há mais alguma questão? Desculpe, tem que falar para o microfone minha Senhora, peço desculpa, mas temos que gravar a sessão. Desculpe, é uma questão legal, está bem?"

A Sra. Madalena Oliveira:

"Peço desculpa, não percebi da questão da gravação. Portanto, o Sr. Presidente estava a dizer que o Aceiro dos Arraiados uma vez que é considerado estruturante, que estaria nos vossos planos..."

O Sr. Presidente da Câmara:

"Está."

A Sra. Madalena Oliveira:

"Está nos vossos planos ser asfaltado e a data que eu ouvi foi de dois mil e dezassete?"



A Sra. Presidente da Mesa:

"É o presente Mandato, sim."

A Sra. Madalena Oliveira:

"Estamos em dois mil e catorze, e que entretanto iam avançar já com a Rua dos Comerciantes, não sei onde é, disse que explicaria o motivo, não percebi, mas não..."

O Sr. Presidente da Câmara:

"Liga ao Aceiro dos Arraiados."

A Sra. Madalena Oliveira:

Ah! Não sei onde é que é."

O Sr. Presidente da Câmara:

"A parte que já está asfaltada, que são duzentos e dez metros"

A Sra. Madalena Oliveira:

"Pois não sei, não sei onde é, mas fica-me a dúvida por quê esta Rua dos Comerciantes e não o Aceiro dos Arraiados, dado que ele é estruturante. De qualquer forma até dois mil e dezassete as pessoas que moram naquela zona vão continuar a viver naquelas condições?!"

A Sra. Presidente da Mesa:

"Minha Senhora, desculpe, não é uma reunião entre os Srs. Munícipes e o Sr. Presidente da Câmara. Portanto, coloque a questão. O Sr. Presidente explicou isso tudo que está a perguntar. Mas a sua questão para além daquilo que o Sr. Presidente disse é o problema da data? Isto é de acontecer em dois mil e dezassete?"

A Sra. Madalena Oliveira:

"É que a data não é daqui a dois meses, estamos a falar daqui a quatro anos."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Sim, nós percebemos, nós percebemos isso, nós percebemos, sim, claro, a sua questão é essa, é? Está bem, pronto obrigado. É que tem que compreender, isto é uma reunião com muita gente, não é possível entrar em diálogo."

A Sra. Madalena Oliveira:

"Especialmente as pessoas que vieram comigo também quererão falar sobre isso, porque de fato..."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Não, eu já perguntei."



A Sra. Madalena Oliveira:

"Não é admissível ouvir uma resposta de que daqui a mais quatro anos, porque eu já lá moro há setenta, não é?"

A Sra. Presidente da Mesa:

"A Senhora?"

A Sra. Madalena Oliveira:

"Mais quatro anos. Não, eu disse de quem mora, fiz assim, não sou eu, ainda não tenho setenta anos, portanto não posso morar lá há setenta anos. Portanto, temos que aguardar mais quatro anos para o Aceiro poder ser asfaltado, é isso?"

A Sra. Presidente da Mesa:

"Muito obrigada pela sua questão."

A Sra. Madalena Oliveira:

"O Sr. Presidente tem que nos responder, não? Só estou a perguntar, a confirmar."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Não, mas quando a Senhora, desculpe, quando a Senhora colocar..."

A Sra. Madalena Oliveira:

"Eu estava a falar com o Sr. Presidente!"

A Sra. Presidente da Mesa:

"Não. Minha Senhora, quem dirige a reunião sou eu. Desculpe, acho que tinha percebido isso desde o início. Quando a Senhora colocar a sua questão, portanto, se sua questão é essa, já ouvimos muito bem e já consideramos se vale a pena o Sr. Presidente repetir a sua intervenção ou não.

Portanto, o que eu lhe peço é: coloque a sua questão. É essa a regra. Nós aqui não entramos em diálogo. Desculpe, mas não é possível, percebe? É uma reunião que deixaria de ser uma Assembleia, que deixava de ter sentido. Portanto, não estamos numa reunião entre os Munícipes e o Sr. Presidente da Câmara. A regra é: os munícipes colocam as suas questões e o Sr. Presidente da Câmara responde. Portanto, se a sua questão é essa, isto é, se de fato é para confirmar que a perspetiva da intervenção da Câmara é dois mil e dezassete, nós já ouvimos a sua questão. Obrigada e eu já voltarei a dar a palavra ao Sr. Presidente. Está bem?"

A Sra. Madalena Oliveira:

"E eu a única coisa que eu estava a perguntar é se eu tinha ouvido bem? Se é de fato dois mil e dezassete. Foi só."

A Sra. Presidente da Mesa:



"Sim senhora, obrigada."

A Sra. Madalena Oliveira:

"São estas as regras de funcionamento da Câmara e da Assembleia Municipal com os munícipes, é? É assim?! Só para eu entender."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Eu acho que tinha explicado a regra, ou seja, a Senhora compreende que não é razoável nem é a forma..."

A Sra. Madalena Oliveira:

"Então, qual é o fórum onde os munícipes quando têm um problema o podem tratar?"

A Sra. Presidente da Mesa:

"Oh minha senhora, o fórum é este, eu só..."

A Sra. Madalena Oliveira:

"Se se mandam [mensagens eletrónicas], peço desculpa, mas é assim..."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Faz favor."

A Sra. Madalena Oliveira:

"Se nós mandamos [mensagens eletrónicas], se nós telefonamos, se nós insistimos, se nós batemos às portas todas para nos resolverem um problema, que é da competência da Câmara, não conseguimos ter eco em ninguém porque o Sr. Presidente diz que recebe. Liguei várias vezes, pedi reuniões..."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Eu vou interrompê-la. Tem alguma questão nova para colocar? Eu a seguir explico as regras."

A Sra. Madalena Oliveira:

"A questão é que quero ser ouvida como munícipe que mora no Pinhal Novo."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Sim senhora, pronto, terminou..."

A Sra. Madalena Oliveira:

"Só pergunto agora: Qual é o fórum onde eu posso ser ouvida como munícipe então?"



A Sra. Presidente da Mesa:

"Sim senhora. Terminou a sua questão?"

A Sra. Presidente da Mesa:

"Sim."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Terminou?"

A Sra. Madalena Oliveira:

"Agradeço que me responda."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Pronto, se quiser, muito obrigada. Não, eu respondo a seguir."

A Sra. Madalena Oliveira:

"Eu posso ficar a aguardar."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Pode ficar em pé, mas a Senhora não vai entrar em diálogo comigo que eu não vou permitir isso, está bem? Portanto, o que eu lhe estou a perguntar é se já terminou a sua questão, porque se terminou a sua questão eu agora dou-lhe a minha explicação e nós passaremos à questão seguinte. Ou seja, se a Senhora voltar a ter outras questões para colocar naturalmente terá a palavra para isso, está bem?

Pronto, então vamos lá ver se a gente se entendeu. Não tenho grande dificuldade de fato em ficar um bocadinho, se quiser, 'abespinhada', não é o termo, mas um bocadinho 'incomodada', porque repare, nós temos uma experiência muito larga deste tipo de reuniões, quer dizer, e normalmente e facilmente as pessoas compreendem que há uma diferença entre uma reunião, uma reunião diretamente pedida e marcada. Aliás, o Sr. Presidente começou por dizer isso, que faz atendimentos regularmente aos munícipes. Marca reuniões com munícipes, com Associações, com toda a gente. Naturalmente terá sido por uma questão de agenda, não é, e de prioridades, quer dizer, naturalmente o assunto que os Senhores aqui trazem é um assunto muitíssimo importante.

Nós conhecemos muito bem o Aceiro dos Arraiados, tal como a Rua dos Comerciantes, que a Senhora diz que não sabe onde começa, mas nós sabemos. Nós sabemos e, portanto, temos o hábito de reunir regularmente com os cidadãos e nessas reuniões é normal estarmos a dialogar sentados à mesa, à mesma mesa, não é, não neste fórum. E, portanto, nesses contextos é possível e é fácil nós estarmos nesta lógica de diálogo, que é como, quem diz, digo eu, diz a Senhora, diz a Senhora, digo eu. Este é o contexto de uma Assembleia onde nós temos um tempo para todas as questões, um tempo para ouvirmos os munícipes e um tempo para responder.

Portanto, a Senhora pode dizer que primeiro o Regulamento o que diz nestas coisas é que os Srs. Munícipes colocam questões; fazem perguntas, não é? Ou seja, naturalmente a Senhora é livre de fazer considerações, mas quer dizer, não é o espaço adequado para entrarmos em diálogo, isto é, para a Senhora vir agora também dizer o que acha da resposta do Sr. Presidente, e depois voltamos a dar a palavra ao Sr. Presidente. Não é razoável, percebe? Nós temos uma experiência, enfim, aceitável relativamente a este tipo de procedimento. Pronto, portanto, daí a minha interrupção.



Perguntei à Senhora se tinha mais alguma questão para colocar, ou uma questão nova a propósito desta resposta. Se a Senhora diz que a única questão é realmente não está satisfeita, e eu compreendo que a resposta do Sr. Presidente seja no sentido que a intervenção está agendada ou é previsível que aconteça mais para o final do mandato. Está no seu direito, mas quer dizer, não é uma questão nova é só isso que eu quero dizer, está bem? Tem mais alguma questão?"

A Sra. Madalena Oliveira:

"Não, era só. Acabou por não me responder a esta última: quando é que eu posso, então, em que fórum é que eu posso colocar estas questões?"

A Sra. Presidente da Mesa:

"A Senhora tem uma reunião pedida ao Sr. Presidente, não é? Tem?"

A Sra. Madalena Oliveira:

"Sim, pedi telefonicamente várias vezes, mandei [mensagens eletrónicas], não obtive resposta, portanto, desde o dia sete de janeiro"

O Sr. Presidente da Câmara:

"Vamos confirmar se assim é, e a Senhora fará o favor de comprovar depois isso."

A Sra. Madalena Oliveira:

"Tenho-os aqui..."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Pronto, sim senhora."

O Sr. Presidente da Câmara:

"Entregue ao meu Chefe de Gabinete, Dr. José Alexandre. A Senhora diz que tem [mensagens eletrónicas] mandados para mim ou ao meu cuidado, faça favor de..."

A Sra. Madalena Oliveira:

"Não! Não é ao seu cuidado."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Ó minha Senhora, peço desculpa. Sra. D. Madalena é assim: se tem alguma questão para colocar a Senhora coloca. Nós não estamos a entrar em diálogo aqui."

A Sra. Madalena Oliveira:

"Já percebi, só queria perceber. É importante pedir uma reunião diretamente ao Sr. Presidente."



A Sra. Presidente da Mesa:

"Já está pedida. Como a Senhora diz, se tem [várias mensagens eletrónicas], a reunião está pedida, e será respondida com certeza. E depois terá mais tempo para colocar as suas questões e dar as suas opiniões, naturalmente. Está bem?

Há mais alguma questão? Eu peço desculpa mas às vezes é mais fácil, quer dizer em vez de nós... Naturalmente as pessoas quando aqui vêm, vêm por alguma razão e normalmente a razão é como o médico, não se vai ao médico quando se está bem de saúde e aqui a Assembleia e à Câmara normalmente também não se vem quando se quer vir dizer ao Presidente da Câmara, aos Vereadores, aos Membros da Assembleia que é uma questão muito bem tratada. É normal. Nós sabemos que as pessoas vêm cá para se queixar. Mas às vezes é mais fácil, não é, quer dizer, antes de partirmos cheios de pressupostos e muito zangados com os termos das coisas, com o microfone, etc., quer dizer, é mais fácil a gente tentar perceber, ok, qual é o funcionamento normal da reunião, inserirmo-nos nele e utilizar este tempo para conversar proficuamente. Agora se nós usamos o tempo para, enfim, para além do problema que cá nos traz, usamos o tempo para desviar para questões laterais, acho que é uma perda de tempo para toda a gente, para as pessoas que a acompanham, para a resolução do problema, para a Assembleia, é só isso.

Agora nós estamos disponíveis para atender todas as questões de todos as Sras. e Srs. Munícipes. Portanto, eu pergunto às Senhoras e aos Senhores que vêm da Rua dos Arraiados se mais algum dos presentes quer colocar alguma questão, usar da palavra. Estão à vontade para isso."

Intervenção do **Sr. José Batista Domingos**, morador em Arraiados, Pinhal Novo:

[Em virtude da má qualidade do áudio da gravação, por não se ter recorrido ao uso do microfone, não é possível apresentar a sua intervenção].

A Sra. Presidente da Mesa:

"Claro, sim senhor. Muito bem. Olhe diga-me só uma coisa, o Senhor quer falar? Se calhar era melhor falar ali um bocadinho para a gente gravar. É, é a mesma questão, pronto, sim senhor."

Houve várias intervenções por parte do Público presente, mas em virtude de terem sido proferidas em simultâneo e sem terem recorrido ao uso do microfone, não é possível transcrevê-las.

A Sra. Presidente da Mesa:

"Pois, olhe, então vamos combinar uma coisa. É evidente que quando se telefona a pedir uma reunião, enfim, não é naquele momento com certeza, mas os Senhores deixam com certeza um pedido feito e o Sr. Presidente, é o normal nestas coisas, dentro da sua agenda..."

O Sr. José Batista Domingos:

[Em virtude da má qualidade do áudio da gravação, por não se ter recorrido ao uso do microfone, não é possível apresentar a sua intervenção].

A Sra. Presidente da Mesa:

"Sim senhor. Como é que o Senhor se chama, desculpe? Sr. Fernando?"

O Sr. José Batista Domingos:

"José Batista Domingos."



A Sra. Presidente da Mesa:

"Ó Sr. [José], o Senhor não quer falar ao microfone? É que nós ouvimos mal daqui. Pronto, então se está tudo dito a gente vai passar à frente, está bem? Há mais alguma questão, por favor? Não sei se o Sr. Presidente da Câmara quer voltar a usar da palavra. Sr. Presidente?"

O Sr. Presidente da Câmara:

"Eu falaria depois no final, se faz favor."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Faz favor."

O Sr. Ivo Santos:

"Boa noite novamente. Sr. Presidente, a primeira vez que falei consigo, primeira vez que estou presente numa reunião da Câmara de Palmela..."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Da Assembleia Municipal!"

O Sr. Ivo Santos:

"... da Assembleia Municipal, peço desculpa, onde estão todos reunidos, muito bem. Só uma questão que ficou. Você não me esclareceu. Ou seja, nós neste momento estamos a pagar quarenta e cinco por cento de áqua que gastamos. Estamos a pagar para RSU, ou seja, RSU/EGF - as águas, as drenagens é... ou seja, vamos dividir as coisas, AMARSUL [AMARSUL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.] e SIMARSUL, empresas do mesmo Grupo mas são distintas uma da outra, apesar de tanto a RSU como a água é camarária. Na altura, ou seja, futuramente, em princípio o próximo ano, será a privatização da EGF. Você ou vocês pensam em baixar os quarenta e cinco por cento ou aumentar - visto que vai ser uma empresa privada a gerir os resíduos e continua a ser uma empresa pública, neste caso a Câmara Municipal, a gerir as águas residuais e água pública, não é? Ou seja, você pensa baixar ou será que como os outros vão mandar, porque a partir daí, ou seja, os cinquenta e um por cento passa e os quarenta e nove por cento fica. Quem manda é quem tem mais. E a minha dúvida é assim, ou seja, neste momento estou a abrir a torneira de casa, como nós todos estamos, e estou a pagar mais lixo. É que não tem uma coisa a ver com a outra, simplesmente é isso, não tem nada a ver uma coisa com a outra. Aumente o metro cúbico da água, porreiro. A Câmara Municipal da Moita e a Câmara Municipal do Barreiro por causa da ETAR [Estação de Tratamento de Águas Residuais] que fizeram, aumentaram antes da ETAR estar pronta, aumentaram o metro cúbico da água, apesar da ETAR só estar a trabalhar a quinze por cento. Não está a oitenta e cinco, está a quinze! Falta oitenta e cinco por cento, mas todos os munícipes daqueles dois concelhos estão a pagar água mais cara, mas a taxa de RSU está fixa."

O Sr. Presidente da Câmara:

"Não. Não. Não. Eu já lhe explico. Não é assim como o Senhor está a dizer."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Muito bem, senhor Ivo."



O Sr. Ivo Santos:

"Pronto. Agradeço. Então com licença."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Obrigada pela sua intervenção. Sr. Presidente, quer esclarecer?"

O Sr. Presidente da Câmara:

"Com certeza. Sra. Presidente, relativamente, e perdoe-me fazer um comentário nesse sentido, relativamente, enfim à forma da participação dos nossos munícipes, dizer que efetivamente a participação, enfim, estamos numa casa da Democracia, a forma de participar cada um é livre de a fazer, mas a Democracia tem regras. Mas isto é uma aprendizagem e o apelo que eu faço é que a D. Madalena Oliveira e os restantes munícipes já tivessem participado há mais anos e há mais tempo nestes fóruns para perceber que vale a pena e para perceber, e para perceber que - com certeza, é uma opinião, eu respeito -, mas para perceber que vale a pena e, sobretudo, para enquadrarmos depois a nossa participação de uma forma mais construtiva e com melhores resultados.

Se a Senhora ficou com dúvidas, eu explico-lhe o que são Grandes Opções dum Plano. É um compromisso de trabalho para quatro anos. E um compromisso de trabalho que, tal como na nossa casa, nós não compramos tudo no mesmo ano, não é? Nós temos, ora bem, compramos aquilo que é possível comprar com os rendimentos que temos. E, portanto, nós com Orçamentos que chegaram a estar em sessenta milhões e que passaram para quarenta, e que este ano começámos com trinta e sete [milhões] e que eu espero que com a Revisão consigamos voltar aos quarenta, porque felizmente conseguimos fazer transitar saldo, eu espero se mantivermos este ritmo de arrecadação de Receitas e a contenção de Despesas que temos feito..."

A Sra. Madalena Oliveira:

[Em virtude da má qualidade do áudio da gravação, por não se ter recorrido ao uso do microfone, não é possível apresentar a sua intervenção].

A Sra. Presidente da Mesa:

"Sra. D. Madalena, Sra. D. Madalena, assim..."

O Sr. Presidente da Câmara:

"Já compreendemos o estilo e a opinião da Senhora. Só dizer-lhe que está para dois mil e dezassete. Só dizer-lhe que a obra está prevista para dois mil e dezassete e que, obviamente, se tivermos condições para a antecipar, anteciparemos e cá estaremos depois para ver quem cumpre e quem não cumpre.

Relativamente à participação, dizer também, que tendo dúvidas é que quando se telefona para o geral da Câmara qualquer pessoa que peça para - que é uma questão de atendimento com o Presidente -, o geral da Câmara reencaminha para o Secretariado do Gabinete de Apoio à Presidência. Se houve algum lapso, que pode acontecer, eu duvido. É raro ter uma reclamação desta natureza. Se isso aconteceu, se a Senhora tem [alguma mensagem eletrónica] que me foi [dirigida], entregue ao meu Chefe de Gabinete. Mesmo assim, peço ao Dr. José Alexandre que fale então com o Sr. [José] Domingos e com a D. Madalena, que fique com os seus contatos e eu na próxima semana direi um período para conversarmos.

Agora o que tenho a fazer é garantir-lhe que isto está para dois mil e dezassete. Não estamos parados. É que noutros anos, nós tivemos o ensejo de fazer esta obra. Eu era Presidente da Junta de Freguesia do Pinhal Novo e que considerei esse Aceiro como prioritário. Só que as coisas - se tem a noção daquilo que se passa na Europa, no Mundo, e no País -, as coisas não andaram como todos nós gostaríamos que andassem



e houve que fazer opções. Olhe, houve que fazer opções em escolas; houve que fazer opções em saneamento, e também já expliquei que havia outras ideias em termos de rede de saneamento para aquele território e nós não íamos por alcatrão para passado dois anos partirem aquilo tudo. Isso aconteceu na Rua dos Comerciantes. Ainda bem que não fizemos e que esperámos mais uns anos. Agora que sabemos que a SIMARSUL não vai continuar com a rede de emissários naquela zona, dada a dispersão e os custos do investimento que depois obrigam a aumentar muito as faturas da água e outras, nós temos hoje a noção do comprimento do Aceiro, daquilo que é necessário fazer, se é preciso expropriar ou não, fizemos o levantamento topográfico em dois mil e doze, atualizámo-lo em dois mil e treze e estamos a trabalhar no projeto, e vamos ter o projeto pronto muito antes de dois mil e dezassete, nem que seja para saber que aqui metemos 300.000 € (trezentos mil euros) para o Aceiro, e oxalá seja menos, porque se for menos, apesar de termos um Plano Plurianual, isto não é estático. Isto não é estático, não é? Nós poderemos ter oportunidade de recalendarizar a obra em função da nossa disponibilidade financeira.

Minha senhora. A Senhora falou, eu não a interrompi. Logo por aqui percebemos que estamos numa escola de participação cidadã, e, portanto, está feito este esclarecimento. Estou disponível para prestar outros e veremos se efetivamente o compromisso é comprido ou não. Recordo só que estas questões têm que ver com opções e não vale a pena comparar com outras coisas porque tudo é importante na nossa vida. É importante a Educação para os nossos filhos, é importante a Atividade Cultural, é importante a afirmação das comunidades através dessas coisas e qualquer dinheiro que seja investido em tudo isto é tudo importante.

E também é importante dizer aos Srs. Munícipes que eu moro num aceiro, na zona rural, entende? E morei e vivi no centro do Pinhal Novo e fiz uma opção, e fiz uma opção. E sei que terei de esperar muitos anos e também sei que nem daqui a cem anos todos os aceiros do concelho estarão asfaltados, por uma razão simples, é que alguns têm que continuar a ser caminhos rurais, porque aqueles que estão fora dos aglomerados urbanos... Isto podia ser tudo diferente se existisse uma coisa, como está prevista neste momento no Plano Regional da Área Metropolitana de Lisboa para o Planeamento Urbanístico, que é não deixar construir como se construiu no passado. É que aquilo que está previsto é um fogo por quatro hectares fora dos perímetros urbanos. Se isso tivesse acontecido, a Senhora e eu, que vivo numa quinta, não teria oportunidade de ter ido para o campo, a não ser que tivesse no mínimo quatro hectares. Ora, com a dispersão que temos do nosso território, não vale a pena dizer que trinta ou quarenta anos depois do '25 de Abril' ainda não tenho o aceiro asfaltado. Por que nós fizemos uma opção, entende? E eu estou a dizer isto em termos pedagógicos e estou disponível para discutir estas questões e comprovar aos Senhores que nem com todo o dinheiro do mundo conseguiríamos com um clique ter as coisas como se vive no centro de uma cidade, sendo que eu tenho muito gosto em viver no campo, sem buracos à porta, mas fico satisfeito porque tenho outras coisas que na cidade não existem.

Por último, sobre a questão da privatização da EGF. Caro [Sr.] Ivo, figue convencido do seguinte: os municípios, e hoje vai ter oportunidade de ver aqui uma Moção, que não é do PS nem é da CDU, é uma Moção conjunta; temos estado unidos nestas questões do combate à privatização com..., já demonstrámos que a privatização é pior. Está demonstrado. Não há Entidade Reguladora que resolva isto! Os Senhores vejam o que aconteceu com a eletricidade! Vejam o que é que aconteceu com os combustíveis! Com as telecomunicações! Alquém viu baixar alguma coisa?! Claro que não! E de fato o que os Senhores, enfim, da EGF tentarão fazer, com a entrega duma linha de negócio extremamente apetitosa para aos privados, é tirar dali o lucro, é investir o mínimo, embora haja um patamar mínimo que se diga de Serviço Público, de investimento que até tem determinados indicadores que têm que ser cumpridos, mas quem é que vai pagar isso? Não é o acionista! O acionista há de continuar a dizer que quer chegar ao final do ano e ter quinze por cento da remuneração do seu capital, por exemplo, e obviamente quem vai pagar isso são os nossos munícipes e é por isso que os municípios que vos representam, porque nós fomos escolhidos pelos Senhores, estamos simultaneamente no papel de clientes, representando-nos, mas também de acionistas e achamos inadmissível não podermos ter direito à compra, por exemplo, dos dois por cento que faltam para termos nós a maioria, para sermos nós a definir as regras. Porque volto a dizer, já disse isto numa das últimas reuniões, o que é público é de todos. Quando os Senhores não tiverem satisfeitos com a nossa governação, com as nossas opções de Serviço Público, metem-nos na rua; um acionista privado os Senhores nunca terão, nós nunca teremos oportunidade de correr com ele, com esse administrador. E, portanto, aquilo que vai acontecer certamente é o agravamento dos preços. Basta ler todos os dias os jornais, os estudos e o que está por aí a acontecer.



Aquilo que referiu na Moita, falta aí um pormenor. O que a Moita tem é uma tarifa fixa para o saneamento. Atenção que a gente às vezes fala de resíduos e é..., resíduos sólidos é uma coisa; residuais domésticas são os esgotos. O que a Moita faz é pior, e vou-lhe explicar por quê. É que na Moita, como noutros concelhos, você paga cem por cento da água que consome; paga também cem por cento para o saneamento. É mais do que os noventa por cento da ERSAR. Por cada metro, o Senhor paga a tarifa que é 0,576 € (cinquenta e sete cêntimos de euro e seis décimas de cêntimo), que é a tarifa que o Município também paga hoje à entrada de uma ETAR, com o medidor de caudal, à SIMARSUL, faço-me entender? E é essa a opção que nos querem impor. Nós não a fizemos, que ia ser pior para os Senhores, para os nossos cidadãos. Agora vamos ver o que isto vai dar. A luta..."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Sr. Presidente, eu pedia mesmo que abreviasse, está bem?"

O Sr. Presidente da Câmara:

"Vou terminar, Sra. Presidente, tem toda a razão."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Até porque deixa de ser eficaz."

O Sr. Presidente da Câmara:

"Esta luta não terminou. Há posições políticas que estão aqui a ser tomadas, felizmente, por largo consenso, por larga maioria, mas é uma luta que possivelmente até acabará nos tribunais. E já agora dizer que autarcas de todas as cores políticas estão-se a perfilar contra esta matéria, mas naturalmente há uns que lutam mais do que outros."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Obrigada, Sr. Presidente. Estamos a terminar este período de intervenção das Sras. e dos Srs. Munícipes. Para fechar mesmo pergunto se há alguma questão ou outra que não tenha sido aqui abordada. Não havendo, então eu agradeço a participação. Desejo que voltem às Assembleias para perceber qual é o objetivo das Assembleias também, para além dos problemas de cada um, não é, há os problemas do conjunto, os problemas do concelho e que continuem naturalmente a participar na medida dos vossos interesses, da vossa disponibilidade e também da vida mais global no concelho, está bem? Muito Obrigada."

Iniciando o Período Antes da Ordem do Dia, informou a **Sra. Presidente da Mesa** que foram presentes à Mesa quatro Moções – uma do BE, uma da CDU e duas do PS.

A Sra. Presidente da Mesa:

"Bem, Sras. e Srs. Membros da Assembleia, nós para continuarmos a nossa reunião devíamos passar neste momento à apresentação de Moções. Pergunto se para além daquilo que está distribuído, se há mais alguma intervenção sob a forma de Moções ou outros? Não percebi, não percebo."

Houve uma intervenção da parte de um Membro da Assembleia, mas em virtude de não ter recorrido ao uso do microfone, não é possível transcrevê-la.



A Sra. Presidente da Mesa:

"Ó, ó, ó... Esta reunião hoje é original! É na condição de munícipe? Então espere lá que já lá chegamos. Espere aí, espere aí, espere aí, já lá vamos. O Sr. Presidente não está ali, já lá vamos, já lá vamos. Eu ia dizer, eu ia dizer isso mesmo, vamos lá ver, nós temos, neste momento temos quatro documentos distribuídos sob a forma de Moção - creio que são todos Moções. Temos quatro documentos distribuídos, entregues à Mesa sob a forma de Moção. Temos o período da informação da Câmara que o Sr. Presidente vai com certeza usar para as informações que entender necessárias. E eu perguntava aos Srs. Membros da Assembleia se não queriam deixar para esse período interpelações que eventualmente queiram fazer ao Sr. Presidente e que terá que ver com Atividade da Câmara, pode ser assim?"

Houve uma intervenção da parte de um Membro da Assembleia, mas em virtude de não ter recorrido ao uso do microfone, não é possível transcrevê-la.

A Sra. Presidente da Mesa:

"É? Pronto, Pode ser assim também?"

Houve uma intervenção da parte de um Membro da Assembleia, mas em virtude de não ter recorrido ao uso do microfone, não é possível transcrevê-la.

A Sra. Presidente da Mesa:

"Ah é? Pronto, então mantemos, muito bem, sim senhor. Ok, então vamos respeitar o modelo tradicional, neste caso dou a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Palmela [, Sr. Fernando Baião da CDU,] que foi quem primeiro pediu a palavra."

O Sr. Fernando Baião da CDU:

"Muito boa noite a todos. Sra. Presidente, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Membros da Assembleia Municipal, Srs. Jornalistas, Srs. Técnicos da Câmara, Srs. Munícipes.

Portanto, eu queria perguntar aqui ao Sr. Presidente, em que situação se encontra, portanto, o saneamento nos Brejos do Assa, porque isto está a levar um bocadinho de tempo e gostaria que o Sr. Presidente pudesse aqui, aquilo que está a acontecer para todos nós ficarmos a saber. Muito Obrigado."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Obrigada, Sr. Presidente. Vamos..., passo a palavra então ao Sr. Membro Raul Cristóvão, por favor."

O Sr. Raul Cristóvão do PS:

"Muito obrigado, Sra. Presidente. Primeiro lugar, boa noite Sra. Presidente, Srs. Membros da Mesa, Sr. Presidente de Câmara, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, Srs. Membros da Assembleia, Srs. Munícipes, Técnicos da Câmara, Comunicação Social.

Eu queria deixar aqui, em nome da Bancada do PS, duas ou três notas que nos parecem importantes. Primeiro, uma Saudação ao Jornal do Pinhal Novo pelo seu aniversário e saudar todos aqueles que semanalmente teimam, apesar das dificuldades, em fazer chegar às populações do concelho as notícias que marcam o dia a dia do nosso território. À Fátima Brinca, que é a sua Diretora, votos que continue o seu trabalho em prol da informação democrática e isenta que tem sido caraterística do jornal que dirige.



Depois, recordar os vinte e sete anos de desaparecimento do José Afonso, foi no dia vinte e três de fevereiro, e recordá-lo apesar da distância que nos separa ideologicamente, mas pelo seu exemplo de cidadão que se entregou às causas em que acreditava e pela excelência da sua obra enquanto cantor e poeta. Desde os tempos de Coimbra, com as lindíssimas baladas Coimbrãs, passando pelo Fado de Coimbra e, sobretudo, pela suas canções de intervenção da qual sempre se destaca a *'Grândola Vila Morena'*, mas que para quem conhece a sua obra sabe que vai muito mais para além desse hino de *'Abril'*. Através da sua obra muitos se sensibilizaram e tomaram mais atenção para as injustiças sociais que proliferavam no país e que, infelizmente, ainda hoje continua a existir. Obrigado ao [José] Afonso, ao Zeca Afonso, pelo exemplo de militância e de entrega à cidadania que teve.

Congratular também pelo aniversário o Grupo Desportivo da Volta da Pedra. Felicitar todos e todas que através da sua entrega diária em condições difíceis, continuam a tornar possível a existência desta associação e reconhecer o seu trabalho em favor das populações e, sobretudo, daquela área do nosso concelho.

Saudar ainda todos aqueles que no concelho trabalham na área da Proteção Civil. Dia um de março comemora-se o Dia Internacional. Queremos aqui deixar, mais uma vez, o nosso reconhecimento aos que numa entrega voluntária, dia a dia, trabalham nos três Corpos de Bombeiros do concelho. O seu sentido cívico de entrega às causas da proteção e segurança das pessoas e dos seus bens individuais e comuns são merecedores do nosso reconhecimento.

Saudar os Autarcas, nas pessoas dos Srs. Presidentes da Junta de Freguesia de Pinhal Novo e Quinta do Anjo, pela passagem de mais um aniversário destas Juntas de Freguesia.

Referenciar a importância de se manter, pela parte da Câmara Municipal, a 'Semana da Freguesia da Marateca', dando assim um sinal claro que se continua a não reconhecer a injustiça que foi feita pelo Poder Central às populações desta Freguesia e à população da Freguesia de Poceirão quando decidiram, contra sua vontade, juntá-las. Não podemos deixar de referenciar o excelente trabalho que foi realizado nos mandatos anteriores dos Executivos, em que foram presididos por Socialistas, e manifestar o nosso agrado porque finalmente haver da parte da Câmara Municipal uma vontade de, pelo menos já manifestada, de resolver situações no território da Marateca que há muito eram reivindicações das populações e dos anteriores Executivos da Junta. Mais vale tarde do que nunca.

Por último, solicitar ao Sr. Presidente de Câmara uma informação sobre os apoios das atividades carnavalesca no nosso concelho. Sabemos que foram apoiadas pela Câmara Municipal um conjunto de atividades carnavalescas na Freguesia do Pinhal Novo e da responsabilidade de várias, estas, da responsabilidade de várias organizações e grupos locais. Queremos aqui deixar bem claro que não tendo nada a opor, antes pelo contrário, a esse apoio, perguntamos porém qual a razão que as atividades carnavalescas levado a efeito na Freguesia de Palmela, nomeadamente, pela [Sociedade Filarmónica] Humanitária e [pela Sociedade Filarmónica Palmelense "Os] Loureiros", não foram objeto do mesmo apoio. E aqui termino chamando a atenção para que rapidamente se apresente à discussão pública o novo [Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo] no concelho, para que todos e todas possamos perceber as regras claras e objetivas, com transparência, aos apoios pontuais e outros.

Sr. Presidente, sei que afirmou em conferência de imprensa na Marateca que esta discussão se faria em breve. Mas em nossa opinião ela tarda. Continuamos e vamos continuar a ver serem aprovados apoios sem que muitas vezes se percebam as regras de atribuições e precisamos que isto se clarifique. Muito obrigado."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Obrigada. Passo agora a palavra à Sra. Membro [Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS/PP], por favor."

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

"Ora muito boa noite a todos. Considerem-se todos cumprimentados para não obviar aqui a uma questão de tempo. Na verdade vou fazer um pequeno comentário, uma vez que temos liberdade de expressão, como o Sr. Presidente Álvaro Amaro disse e bem referiu.



Fiquei um bocadinho incomodada porque a nossa Bancada considera que os munícipes que vêm a esta reunião e querem participar, possam às vezes não conhecer, ou muitas das vezes não conhecer, o próprio Regimento, mas efetivamente não nos podemos enervar ou exaltar, digamos, com a intervenção dos munícipes. Porque o que os munícipes vêm aqui fazer, efetivamente, é o que vão fazer muitas vezes na Assembleia da República e muitas vezes militantes de partidos representantes nestas Bancadas. Nós estamos aqui para ouvir os munícipes. O Sr. Presidente estará para responder, e respondeu com toda a calma e, portanto, eu acho que não devemos desincentivar os munícipes de vir à Assembleia Municipal apresentar os seus problemas, independentemente de se poderem vir a reunir e a marcar reuniões com o Sr. Presidente, que aí eu sei que o Sr. Presidente, e sou testemunha disso pessoalmente, quando se pede reuniões elas são marcadas. Agora se calhar da parte do Atendimento tem que haver uma melhor explicação às pessoas como é que são os procedimentos, porque efetivamente até nós às vezes na nossa atividade profissional nos deparamos com esses problemas. Nem toda a gente, e não é por má-fé, que muitas vezes há pessoas no Atendimento que não estão tão preparadas como outras, e eu já tive exemplos disso a nível pessoal. Este era a primeira referência que eu queria fazer.

Queria agradecer ao Sr. Presidente da Junta do Pinhal Novo ter endereçado o convite para o Aniversário da sua Freguesia. Não pude estar presente por razões pessoais. À Quinta do Anjo queria endereçar as felicitações, embora não tenha havido convites aos elementos da Assembleia Municipal, ao que sei, mas eu não pude mesmo ir, não era por não ter convite que não deixaria de participar.

Queria salientar aqui também, uma vez que vão haver Moções nesse sentido, um apoio que vai ser dado a formadores e assistentes para deficientes. Esses apoios para que os deficientes possam ganhar maior autonomia e, portanto, e vai haver também um apoio a nível nacional às famílias que congregam cerca de seiscentas pessoas. Representam um grande investimento. Portanto, essa rede irá abranger várias famílias de apoio ao cidadão portador de deficiência. E com isso quero aqui congratular-me. Há coisas que podem ser negativas, haverá outras positivas.

Relativamente à obra que está a ser feita, eu li esta semana por acaso no Jornal do Pinhal Novo - na semana passada, salvo erro, o desta semana ainda não tive oportunidade de ler -, endereçando também os meus parabéns. Relativamente à obra que está a ser feita, ou que irá ser iniciada, na Quinta do Anjo, encontra-se vedada quer à entrada, quer à saída. O Sr. Presidente por acaso há pouco já apontou, eu vi aqui nesta folhinha que nos deu agora uma pequena informação sobre isso, e gostava de saber quais são os prazos ou quando vai ter início a referida obra. De momento é só. Depois guardarei outras observações ou perguntas para um período quando o Sr. Presidente apresentar a atividade da Câmara."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Obrigada. A seguir o Sr. Membro da Assembleia Carlos Oliveira [do BE], faz favor."

O Sr. Carlos Oliveira do BE:

"Ora muito boa noite a todos. Sra. Presidente de Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Membros desta Assembleia e Público aqui presente.

Eu estou a intervir precisamente para, voltando aqui um bocadinho ao assunto dos pavimentos dos aceiros, eu não vou tanto pelo pavimento de aceiros porque isso nos tempos que correm e com as dificuldades de financiamento das câmaras é um bocadinho difícil de concretizar todos esses projetos. No entanto, existem ruas que já têm asfalto; precisavam urgentemente de uma requalificação. Estou-me a referir mais concretamente à Rua 9 de Março - não sei se o Sr. Presidente conhece essa Rua 9 de Março, em Cajados -, que já apresenta um grande estado de degradação e precisava de uma intervenção urgente. A minha pergunta, faço já, é para quando uma intervenção nessa rua que tem uma extensão de aproximadamente dois quilómetros e que faz a ligação dos munícipes do sítio de Cajados para a Estrada Nacional n.º 10, que liga por exemplo com a cidade de Setúbal, ali àquela zona.

Outro aspeto. Ainda sobre a taxa dos [RSU] indexada à tarifa da água, ou à fatura da água. Faço um comentário aqui porque não acho lógico que haja uma percentagem fixa dos [RSU], e também gostava de saber se ainda neste Orçamento, na execução desse Orçamento, se o Sr. Presidente está disponível, [porque



vê-se que (?)] concorda com esta tarifa. E em segundo lugar, se está disponível para baixar o valor desta percentagem dos [RSU] indexada à fatura da água.

Queria em último, por último lugar, queria deixar aqui uma saudação pelo aniversário da Junta de Freguesia de Pinhal Novo - eu também participei nesse evento -, também ao aniversário da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo. Uma saudação também ao aniversário do Jornal do Pinhal Novo e, por último, uma saudação que da nossa parte do BE de Palmela é muito importante para nós o dia *'oito de março'*, dia que assinala a luta das mulheres por uma sociedade mais justa e igualitária, os que ainda se mantêm algumas diferenças entre as mulheres e os homens. É tudo muito obrigado."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Obrigada. Novamente do [PS], Carla Oliveira e depois José Carlos de Sousa. Sim, sim, faz favor."

A Sra. Carla Oliveira do PS:

"Antes de mais gostava de cumprimentar todos os presentes na sala, e a minha intervenção hoje pretende alertar o Sr. Presidente para as consequências da ligação da rede de águas residuais domésticas em Algeruz, ainda não estar a funcionar. Como sabe, nesta zona todos os moradores têm uma fossa, que tem que ser despejada sempre que esta atinge o seu limite e esse despejo tem um custo significativo para as famílias, especialmente em tempos de crise. Segundo apurei na Tabela de Preços da Câmara para estes serviços, o custo é de 5,33 € (cinco euros e trinta e três cêntimos) por metro cúbico, sendo que uma fossa tem uma capacidade muito superior a um metro cúbico e um despejo normal anda na ordem dos 50 € (cinquenta euros). No entanto, também segundo apurei, não há forma de medir a quantidade de resíduo que entra dentro da cisterna. Portanto, a cisterna tem uma determinada capacidade, não sei qual é a capacidade da cisterna da Câmara, mas depois de lá ir normalmente cobra ou meia cisterna ou uma cisterna inteira, não há forma de medir quantos metros cúbicos é que lá estão. Pelo menos foi a informação que me deram. Além disso, segundo me têm também dito na zona, até fica mais caro pedir este serviço à Câmara do que a empresas privadas, além de que, normalmente a disponibilidade das empresas privadas para chegar e resolver o problema também é maior do que a disponibilidade da Câmara, porque quando esse pedido é feito à Câmara há normalmente um tempo de espera associado.

Bom, mas por que é que - mais uma vez eu levanto esta questão porque me tenho apercebido que muitas vezes o que as pessoas fazem, e tem vindo a agravar-se agora com as dificuldades financeiras -, é que em vez de encaminharem os seus resíduos para as fossas, encaminham-nas para as linhas de água que passam perto das suas casas e, portanto, assim a fossa acaba por demorar muito mais tempo a encher e, portanto, também é despejada com menos frequência. Outras vezes fazem-no porque como solicitam o serviço da Câmara e ele demora algum tempo para chegar, até que a Câmara lá chegue a fossa já não tem mais capacidade e, portanto, acaba por ser despejado para as tais linhas de água. Ora, estas águas têm detergentes e outros produtos químicos nocivos ao Ambiente e, portanto, vão contaminar, quer os lençóis freáticos, quer o próprio Ambiente. Os cheiros, e bichos e mosquitos que acabam por surgir nestas zonas. Um dos exemplos que o Sr. Presidente poderá visitar para ter uma imagem melhor daquilo que estou a descrever, é aquela urbanização nova que fica junto ao Café Âncora, também conhecido por Café Serrano, todos nós conhecemos, bem como a vala junto ao Infantário O Rouxinol onde ainda esta semana passei numa destas valas e corria água cheia de detergente. Provavelmente de uma descarga de uma máquina.

No verão passado, vários moradores se queixavam, quer dos mosquitos, quer do cheiro. Portanto, esta intervenção serve só para lhe pedir um favor em prol da população de Brejos do Assa e de Algeruz que é a de pressionar a SIMARSUL a fazer tudo, e fazer tudo o que tiver ao seu alcance para que o mais breve possível se possa proceder à ligação dos esgotos à rede de forma a poupar, quer os recursos económicos da população, porque ainda assim, mesmo cobrando os tais noventa por cento do consumo de água, ficará com certeza mais barato do que 50 € (cinquenta euros) por mês para despejar a fossa, e, além disso, poupar o nosso Ambiente, não é, que está a sofrer estes atentados muitas vezes devido ao desespero dos munícipes que não têm dinheiro para despejar a fossa e também devido, se calhar, ao desconhecimento que aquela ação que estão a praticar está a pôr em risco a Saúde Pública, inclusive, a deles próprios. Tenho dito. Obrigada pela atenção."



A Sra. Presidente da Mesa:

"Obrigada. O último pedido de intervenção, Sr. Membro José Carlos de Sousa [do PS]."

O Sr. José Carlos de Sousa do PS:

"Muito obrigado Sra. Presidente. Srs. Membros da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Público em geral, Técnicos da Câmara Municipal, boa noite a todos.

Eu tinha aqui uma intervenção que até iria deixar para depois deste período, mas perante aquilo que a [Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP] aqui nos disse, eu não posso ficar calado. A questão das crianças portadoras de deficiência têm sido um dos alvos deste Governo desde o início e, portanto, esta medida que aqui hoje é apresentada, embora no nosso território não sei em que é que isso se reflete, eu gostava de dizer que, em dois mil e oito e dois mil e nove, foram abertas salas de multideficiência de ensino estruturado no concelho. Uma em Aires e duas no Pinhal Novo. Uma na [Escola Básica Alberto Valente] e outra na [Escola Básica] Salgueiro Maia.

A Portaria [n.º 1048-A, de dois mil e oito], que ainda não foi revogada por este Governo, define que cada uma destas salas tem apenso dois Técnicos Educativos - as Educadoras de Infância ou dois Professores - e duas Assistentes Operacionais para sete alunos no máximo. Ora, o que acontece, neste momento, é que essas salas têm um Técnico e têm um Assistente Operacional e isso implica que algumas crianças, nomeadamente em Aires tenham deixado de frequentar a sala e figuem em casa. Portanto, isso é público.

Não sei até que ponto no Pinhal Novo acontece exatamente a mesma coisa, mas como são salas do ensino estruturado que têm miúdos com autismo ou com [Síndrome de] Asperger e como estão incluídos em turmas, as coisas são mais diluídas. Numa sala de multideficiência é muito mais complicado, pronto. E, portanto, a esse nível parece-me que as necessidades educativas especiais de caracter perlongado têm sido bastante negligenciadas e penso que isso que foi dito eu não conheço, que a Rosa disse - não consigo vê-la -, não conheço o que tu disseste, mas não sei o que é que se reflete efetivamente. O que é fato é que desde dois mil e onze nós tivemos uma grande quebra a este nível da resposta às necessidades educativas especiais de caráter prolongado.

A outra nota que já agora coloco já, tem a ver com uma questão para o Sr. Presidente da Câmara, com a situação que se passa neste momento em Rio Frio. Rio Frio viu plantado, Rio Frio viu plantado à sua porta dois grandes cartazes que dizem propriedade privada. E fiquei pasmado quando me disseram que para entrar já parece o 'Palmela Village', temos quase que pagar, ou temos que nos identificar, ou temos que qualquer coisa, mas se não nos identificamos já daqui a um tempo aquilo vai ter uma cancela etc.,etc.,etc. É pá, eu acompanhei de alguma forma esse processo das urbanizações na altura em que estava agui na Câmara e, sinceramente, nunca fui desperto para este tipo de situação. Há condições que neste momento se mantêm, a população, as pessoas que lá vivem não sabem o que se vai passar e, portanto, têm ali algum receio. As pessoas que lá vivem, a Câmara continua a fazer a recolha de lixo, mas as pessoas não pagam esse lixo porque como não pagam água, não pagam o lixo. A iluminação é pública mas ali, genericamente é aquilo que se passa noutras propriedades que também são privadas e acaba por haver iluminação nalgumas sim. Foi uma coisa que foi assumida pela Câmara há algum tempo e, portanto, aquilo sempre foi privado, é evidente é que não tinha lá aquelas placas e que nós por exemplo, para podermos ir... Até a Junta de Freguesia em dois mil e..., é do tempo do Sr. Presidente, colocou lá um parque infantil - não sei se é ainda antes, mas está lá um parque infantil, que foi implantado pela Junta de Freguesia do Pinhal Novo. E, portanto, ouve manutenção do rinque inclusivamente pela Junta, há ali uma série de ligações com a coletividade, inclusivamente para se ir tomar um café à coletividade, neste momento, ficamos a olhar para ver quem está atrás. Se podemos entrar, se não podemos entrar, portanto, há ali algumas coisas que gostava de ter efetivamente algum, enfim, conhecer melhor, para também me poder pronunciar um pouco melhor sobre a situação, porque aquilo que me dizem é que há um desconhecimento completo por parte de quem lá vive daquilo que se vai passar e que a Câmara saberá. Eu nestas coisas dou sempre o benefício da dúvida e fico sempre do lado da Câmara e digo - se calhar não devia, mas fico - e digo, bom, se calhar não sabe exatamente tudo e, portanto, há aqui algumas [diligências] que estarão a ser desenvolvidas e, portanto, não sei até que ponto isto pode ir a bom porto ou não.



Aquilo que eu gostava de perceber exatamente era o que é que vai acontecer, e se a Câmara sabe exatamente o que é que vai acontecer, sendo que água é do furo, é uma água que não é potável, já aqui falámos ene vezes disso, as pessoas bebem água de garrafão; fossas, há uma ligação, há muita gente que tem fossas, mas há também canalização camarária na herdade, nomeadamente, ali no início, no início, há ali canalização. Depois temos, depois temos - é capaz de ligar cá fora -, depois temos o Turismo de Habitação e, portanto, há ali uma série de aspetos que penso que teriam que ser equacionados de maneira a dar alguma tranquilidade às pessoas, por um lado, mas, por outro, também a tentar que existisse naquela propriedade privada uma equidade idêntica àquela que existe nos outros sítios. Por exemplo, no 'Palmela Village', daquilo que sei e estou a dizer daquilo que sei porque estou aqui a trocar mensagens a esta hora, é uma empresa privada que faz a recolha do lixo. Portanto, não percebo até que ponto esta situação é de manter ou não, nomeadamente, a questão da recolha do lixo e era isto que gostava que falasse, não, sem grande delonga, obviamente não temos muito tempo, mas era genericamente isto. Muito obrigado, Sra. Presidente."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Muito obrigada. Bem, não temos mais pedidos de intervenção, penso que não perdi nenhuma. Eu pedia ao Sr. Presidente com, apesar de tudo, com alguma contenção porque ainda estamos no Período Antes da Ordem do Dia."

O Sr. Presidente da Câmara:

"Sim senhora. Muito obrigado, Sra. Presidente. Relativamente ao <u>saneamento em Brejos do Assa</u>. Muito sucintamente é conhecido o que provocou a situação. A SIMARSUL, com falência de empreiteiro e, posteriormente, por dificuldades financeiras não conseguiu lançar de novo o concurso e fez apenas parte do subsistema do Golfe do Montado e ficou o restante por fazer.

Eu recordo as Sras. e os Srs. Munícipes e os Srs. Membros da Assembleia porque têm a obrigação de rememorar isto alguns de vós, que o Município em dois mil e nove fez um investimento de largas centenas de milhares de euros para dotar aquela zona da rede em baixa, daquilo que compete fazer ao Município para levar o saneamento à porta daquele aglomerado. Fê-lo, investiu e investiu com base numa informação da SIMARSUL que dava como pronta a ligação aos respetivos emissários - faltam fazer três estações elevatórias - que estaria pronta em dois mil e dez. Foi esse o pressuposto do investimento do Município. O Município hoje tem lá esse investimento feito e não recebe um cêntimo desse investimento. Pelas dificuldades que já foram referidas, a SIMARSUL suspendeu a obra, depois ia relançar, não relançou, etc., e conforme já tive a oportunidade de referir no final do anterior Mandato, o Município tem feito várias pressões, várias [diligências], intervenções sobre as prioridades do Plano de Investimentos da SIMARSUL como cliente acionista minoritário e, mesmo num quadro em que a SIMARSUL não pode dizer que tem dificuldades financeiras porque acabou de receber quatro milhões e meio de euros da União Europeia de uma dívida que havia relativamente às suiniculturas, fruto de intervenção do Deputado João Ferreira no Parlamento Europeu sobre esta matéria - e vêm mais outros quatro mil e quinhentos a seguir -, tem neste momento disponibilidade financeira, e já lhe vou dizer entretanto o que é que aconteceu, quer ao Sr. Presidente [da Junta de Freguesia de Palmela, Sr. Fernando Baião da CDU], quer à interpelação da Sra. Membro da Assembleia Carla Oliveira [do PS].

O Município preocupado com esta situação, e conforme eu tive oportunidade de explicar em reunião de Câmara, desenvolveu um projeto para uma ligação que permitia praticamente drenar noventa por cento daquele aglomerado, com um sistema de bombagem provisório. Teve inclusivamente a disponibilidade do terreno do particular onde a bomba deveria ser colocada, orçamentou em conjunto com os técnicos da SIMARSUL e, no final do ano passado, aliás, antes do final do Mandato, entregou esse projeto à SIMARSUL pedindo que a SIMARSUL o executasse, porque quem está em falta não é o Município é a SIMARSUL. A SIMARSUL no ponto de vista político ao nível do Conselho de Administração ficou muito satisfeito. Os seus técnicos estão de acordo com a solução, etc., disse que ia analisar e remete-nos um protocolo no final do ano. E o que é que dizia esse protocolo? *'Sim senhor, estamos de acordo em fazer isto, mas a Câmara é que paga'*. Eu disse: *'Não. A Câmara não tem que pagar. Os Senhores é que têm o sistema em alta. Os Senhores*



é que exploram o sistema em alta. Nós vamos pagar a entrega ao metro cúbico no sistema em alta, portanto, os Senhores é que têm que fazer o investimento'. Pressionámos, pedi uma reunião, estou à espera, ao Conselho de Administração da AMARSUL no final do ano, para debater estes e outros dossiês e eis que, há cerca de duas semanas, somos surpreendidos com um ofício da SIMARSUL a dizer: 'Sr. Presidente, já não se justifica fazer esse investimento porque felizmente vamos ter oportunidade de lançar a empreitada e embora isso ainda demore, com concursos públicos internacionais, se calhar mais seis meses, não se justifica esta situação provisória.' Estamos a falar de uma empreitada muito superior a um milhão e isto era uma solução de 60.000 € (sessenta mil euros). E eu garanto-vos que nestes seis meses que vamos estar à espera, quer a SIMARSUL, quer o Município, faturariam muito mais do que isso.

Portanto, Sras. e Srs. Membros da Assembleia é para perceberem que o Município está do lado da solução, que tem todo o interesse em servir a sua população, que tem ali um investimento feito do qual ninguém beneficia e o erário público está ali com aquele investimento parado.

Depois permitia-me, já que falamos de saneamento e de fossas, saltar aqui as questões do Sr. Membro da Assembleia Raul Cristóvão, e iria desde já para esta questão dos despejos de fossas. As consequências podem ser essas e outras. Eu queria era esclarecer o seguinte: sabe por que é que a taxa da Câmara é mais alta? É que a taxa da Câmara tem uma fundamentação económico-financeira. É correta, é transparente e é legal. Tem que ver com o preço metro cúbico que nós pagamos à SIMARSUL, com as taxas que pagamos, com o custo de serviço/hora, com o custo de quilómetros, está tudo apurado. Fundamentação económico-financeira de acordo com a Lei. Sabe o que é que se passa com os privados a que eu também recorro a despejo de fossas na zona onde moro? É que de fato os privados não querem passar fatura, não cobram IVA [Imposto Sobre o Valor Acrescentado] e muitas vezes, infelizmente, podendo utilizar a rede de saneamento do Município que têm sinalizado os pontos de recolha, vão despejar noutro sítio. Ora, assim é uma concorrência. Pronto. Agora digo-lhe também que relativamente à medição do efluente dentro das cisternas é difícil, noutros municípios também não se consegue apurar isso, mas quero garantir-lhe que não temos reclamação, e sabe por quê? Porque nós fazemos fé nos nossos munícipes, damos-lhe o benefício da dúvida e o valor que lá é colocado na guia que depois é comunicado por ofício às pessoas é o valor de acordo com o munícipe. Portanto, o sistema não é perfeito, mas em caso de dúvida beneficia-se o munícipe.

Por outro - aqui a medição do efluente, portanto, mais caro - ah, atrasos. Nós não temos nota mas a exortação que eu faço sempre é a seguinte: quando houver atrasos, os munícipes reclamem. O Município faz esse serviço, quer por administração direta, quer por uma empresa - não interessa dizer qual -, mas que ganhou o concurso e que visa ir aos locais que o Município não pode ir, por uma razão, ou por outra, por atraso. Imagine que temos o trator avariado ou que temos um funcionário doente, a empresa responde em vinte e quatro horas. E, portanto, se há algum problema de ligação, pedimos aos nossos munícipes que não deixem de reclamar pela positiva, porque a reclamação faz andar o mundo. Temos que de fato perceber o que é que se passa; corrigiremos algum aspeto. Relativamente às consequências e aquilo que a Sra. Membro da Assembleia teve oportunidade de ver, eu apenas diria, se eu visse tinha outro tipo de comportamento, não me limitava a constatar; é aquilo que faço quando, morando numa zona rural, vejo comportamentos dessa natureza. Eu tenho o número de telefone do SEPNA [Serviço da Proteção da Natureza e do Ambiente da Guarda Nacional Republicana (GNR)] e faço aquilo que tenho a fazer se efetivamente tenho preocupações com a preservação do Ambiente.

Voltando às <u>questões</u>, entretanto, suscitadas pelo Sr. Membro da Assembleia Raul Cristóvão do [PS]. Sr. Membro da Assembleia, o [Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo], tal como prometemos, está em processo de revisão, está em discussão nos nossos Serviços Técnicos. Eu tive ontem uma reunião com um dos grupos de trabalho. Ainda não teve sequer crivo político. Vai ser um processo participado, não virá à reunião de Câmara e há de vir, se tiver que vir, à Assembleia antes de ser discutido em fóruns com as associações e, portanto, não é um processo fácil e rápido. Agora recuso qualquer inferência que as regras não são transparentes e sabe por quê? Porque as propostas estão fundamentadas e, aliás, os Srs. Membros, os Srs. Vereadores e Vereadoras do [PS] têm até votado por unanimidade essas propostas connosco. Relativamente, ah, e temos tido outra coisa, há enquadramento legal para as propostas. O Senhor leia a [Lei n.º] 75/2013, [de doze de setembro].

Depois, quero ainda dizer que a <u>questão suscitada sobre apoios ou discriminação de apoios relativamente a carnaval</u>, aqui ou acolá, o Município apoia quem solicita apoio e o apoio que foi dado ao carnaval que citou e outros e que, aliás, foi publicitado nas redes sociais da Câmara, que fez naturalmente uma nota de



imprensa, não tanto para falar do seu apoio mas para falar da importância dos acontecimentos, é um apoio logístico. Não houve apoio financeiro e, para além do apoio logístico, apoio na facilitação dos licenciamentos e, que aliás, já tem taxas de discriminação positivas, e na divulgação. E, portanto, qualquer entidade se quiser, quer apoio para publicitar um baile, nós publicitamos e, portanto, não há aqui qualquer discriminação desta natureza. Às vezes a informação é que pode deixar aí algumas dúvidas, mas as inferências são da responsabilidade de cada um.

Sra. Membro da Assembleia [Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP]. A obra que irá ser iniciada. A Senhora recebe um documento da Atividade Municipal que pode naturalmente consultar e pode escrutinar no terreno. A obra já teve início. Tem um ligeiro atraso que é fácil de perceber por quê, devidamente enquadrado legalmente. Tem que ver com as condições atmosféricas que ocorreram, refiro, ligeiro atraso. Fomos confrontados há semanas com outro problema que decorre da própria – primeiro, era o problema da Cabovisão ter lá uns cabos e uns postos nos sítios que deviam ser tirados e depois de duras negociações, a EDP assumiu deixar pendurar os cabos de fibra ótica nos seus postos, mas também tem que desviar postos, não é. Isto hoje como ninguém tem nada em [estoque (*stock*, em inglês)], nem a EDP já tem postos da [Sociedade Portuguesa Cavan, S.A.]; tem que mandar fazer uns quantos de cada vez - é para a gente perceber como é que isto anda, mas foram ontem anunciados lucros de mil e quantos milhões?! Não sei. E de fato, pormenores desta natureza não ajudam à celeridade. Mas também se tivéssemos ultrapassado isso, se não tem vindo agora e parece que vem aí bom tempo, também não teríamos conseguido trabalhar com aquelas chuvas.

A obra está prevista terminar no final de maio. Tem um valor de adjudicação de 571.000 € (quinhentos e setenta e um mil euros). Teve início formal, embora não se comece logo a trabalhar porque a presentação de documentos, consignação, em novembro, com um prazo de execução de cento e vinte dias úteis. Naturalmente, tem autos de suspensão, quando efetivamente o empreiteiro não pode ser responsabilizado. Se nós considerarmos que há atraso porque o empreiteiro não está a trabalhar, temos formas de o penalizar, mas de fato as razões que têm sido apresentadas são aceitáveis para haver algumas - mas ainda nem houve sequer pedido de prorrogação, pois não? Não. Foi pequenas suspensões devido à intempérie. E, portanto, a tal obra que irá ser iniciada, já foi há muito iniciada e as obras são bem visíveis, aliás. Obviamente os acessos estão vedados por uma questão de segurança, mas do lado poente, nomeadamente quem vem da circular norte da Autoeuropa, há uma entrada, eu já lá entrei para ir ver a obra e, aliás, temos previsto fazer uma visita à obra, lá mais para a frente, se não chover. Mas dizer-lhe que o acesso não está completamente vedado e pode já circular numa base bem compactada, com os atravessamentos hidráulicos todos feitos, com os cortes das expropriações, aquilo está quase, tirando de lá uns postos, leva um tapete, é um instantinho. Muito bem.

Depois, Sr. Membro da Assembleia Carlos Oliveira [do BE]. Rua 9 de Março, sem dúvida é esse o topónimo, no nosso plano está Vale da Abrunheira, porque é a segunda fase da [Rua] 9 de Março. É de fato um arruamento estreito, tem um perfil de três metros e meio nalgumas áreas; é uma obra que vai ter de haver expropriações porque como conhece o local, há zonas de estreitamento, com quintais, com muros, etc.. Nós procuraremos fazê-la no prazo que aqui está no plano, naturalmente, e procuraremos fazê-la tentando evitar expropriações, que é para ser mais rápido e, naturalmente, mais barato. E temos prevista recolocação de um tapete betuminoso no valor que está agora aqui no plano, que eu para não perder mais tempo não vou aqui há procura, mas o Senhor tem o plano também pode consultar. Mas é só esta explicação, é que no nosso plano está como: Rua..., *'repavimentação do Vale da Abrunheira'* é só porque [a Rua] 9 de Março não desapareceu.

Sobre a <u>tarifa fixa</u>. Bom, nós temos que ler as leis e a legislação. Não somos nós que fazemos a legislação nem o regime jurídico destes sistemas. A tarifa fixa é obrigatória e destina-se, segundo os criadores da tarifa fixa, a incorporar os custos de investimento. É que uma coisa é o consumo, uma coisa é o consumo da água, uma coisa é produção de resíduos, uma coisa é a percentagem que vai para o saneamento e outra coisa é o investimento de milhões que está feito, e nós para beneficiarmos desse investimento de milhões foi criado uma tarifa fixa. A nossa é, mais uma vez, a mais baixa da Área Metropolitana de Lisboa. Para ter uma ideia, anda à volta de um euro, sessenta e tal para o escalão mais baixo, enquanto que a Entidade Reguladora quer que se pague logo à cabeça quatro euros e meio (4,50 €) para os resíduos. Mas é uma obrigação. Se consultar a ERSAR, eles dizem-lhe. O Regulamento Tarifário, porque há normas para fazer os



Regulamentos das Tarifas, tem que obedecer a isto, isto e isto. Se não fizer, estamos na ilegalidade, não aprovam o regulamento, não podemos cobrar aos nossos munícipes.

Disponível para baixar. Ora bem, infelizmente, eu estou sempre disponível para baixar, mas garanto-lhe é que vamos ser todos obrigados, não por nossa vontade, mas pelas questões da privatização e outras, vamos ser todos obrigados a pagar, porque a água, o lixo e o negócio tornaram-se no petróleo do século vinte e um, como costumamos dizer e, portanto, daí o apetite voraz destes grupos económicos do capital em querer tomar conta destes sistemas. E mais, em criarem também com este Governo uma Entidade Reguladora que é ela que vai definir as tarifas em vez de nós. Nós que fomos eleitos para aprovar as tarifas no nosso território, afinal fomos eleitos para quê? Vai haver uma Entidade Reguladora externa que vai dizer quanto é que nós temos que cobrar aos nossos munícipes.

É que esta questão da privatização, Sras. e Srs. Membros da Assembleia, Sras. e Srs. Munícipes, é gravíssimo, isto é, é muito para além daquilo que nós já conhecemos e é por isso que já esta semana eu estive na AMARSUL precisamente a discutir esta questão com os representantes da EGF. Os municípios estão unidos neste combate. Iremos se for necessário - ele é um combate político, essencialmente -, mas iremos naturalmente se for necessário também para Tribunais. E até posso aqui dizer, já há municípios a pensarem em criar sistemas autónomos dos multimunicipais, não é, porque foi assim que começou. Tudo isto começou com a LIMARSUL [Associação de Municípios para os Resíduos Sólidos]. Era um Sistema Intermunicipal, só dos Municípios, mas depois vem um Governo, por acaso «cor-de-rosa», que disse: "Não, não. Se vocês quiserem financiamento da União Europeia tem de ser um sistema multimunicipal e o Estado Central tem cinquenta e um por cento' - é verdade Senhor..., informe-se..."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Sr. Presidente, peço-lhe para terminar está bem?"

O Sr. Presidente da Câmara:

"...tem cinquenta e um por cento e os municípios têm quarenta e nove, e é se quiserem terem financiamento da União Europeia.' Ora os municípios pensando que o Estado, que nós também somos Estado, é pessoa de bem - eu não mexi aqui em nada -, aderiram embora forçados a um sistema multimunicipal e ficam em minoria. Mas isso foi aprovado por esta Câmara, por esta Assembleia, a adesão nestes prossupostos. Agora alguns dos Partidos [Políticos] que aqui estão e estiveram no passado aprovaram o Município associar-se a um privado para isto? Não. Logo por isto é de todo injusto que alguém esteja a decidir em vez de nós."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Obrigada, Sr. Presidente."

O Sr. Presidente da Câmara:

"Não. Rio Frio. Sobre Rio Frio. Sr. Membro da Assembleia José Carlos de Sousa [do PS], conhecemos bem Rio Frio. Conhecemos bem Rio Frio. Rio Frio é de fato uma propriedade privada, mas tem usufruto público, felizmente, felizmente. É essa a tese do Município, mas posso continuar ou quer que eu lhe explique ou..., então fez-me uma pergunta eu respondo-lhe. Naturalmente haverá zonas que os proprietários têm direito a reservar o acesso, porque se vão fazer dali, e é aquilo que está no Plano de Ação Territorial para Rio Frio, um conjunto de investimentos na área do Agroturismo, na área do Turismo Equestre, que é uma das linhas de desenvolvimento que nós conseguimos introduzir na estratégia de trabalho para a Região de Turismo de Lisboa e que há de fato potencial económico e financeiro nessa área com repercussões positivas no emprego e para o território, é normal que haja áreas que nós não possamos lá passar, não é? Não vamos entrar ali em Rio Frio com um jipe e atropelar ali uma série de gente que está ali numa outra atividade.



Agora naturalmente os principais acessos e a circulação é pública, enquanto for público e nós pugnaremos para que isso seja. Mais, as redes de infraestruturas são privadas, com exceção da eletricidade e da recolha, que já falo e o que é que penso sobre isso. Mas obviamente o que nós temos previsto é que na altura da execução das obras, e nós já licenciamos o hotel entre outras obras que são de reabilitação que estão isentas de controlo prévio - porque reabilitar não precisa do licenciamento -, mas aquilo que for obra nova, nós exigimos infraestruturas. Exigimos furos de água, exigimos ETAR com pré-tratamento, com tratamento, etc., e depois quando isso for feito acontece como acontece num loteamento, vem à posse do Município e nós exploramos. Se for na área privada, é a área de condomínio. Ora, o condomínio por que é que pagam resíduos no 'Palmela Village'? Porque é um condomínio. A questão é essa.

Agora, a água é fornecida pela Administração da Herdade a quem lá vive. Os resíduos é uma opção do Município por que, não vivem lá cidadãos?! Vivem. Desculpe, há pessoas que não pagam água, que não pagam, e têm uma vivenda no meio de um caminho, não têm direito à iluminação pública? Nós consideramos que essas infraestruturas devem continuar e esses serviços devem continuar a ser prestados independentemente da questão do pagamento. Agora, quando os senhores lá fizerem um hotel, deixe-me dizer-lhe o seguinte, eles vão pagar – hã, estou a ser gravado, hã! - quando os senhores fizerem lá o hotel, se consultar o nosso regulamento que o Senhor aprovou connosco na altura enquanto Vereador, os senhores vão ter que fazer um contrato de recolha connosco. É isso que estamos a exigir às entidades neste momento. O novo Regulamento prevê que: o senhor vai lá abrir um restaurante? Sim senhor. Não tem água? Então faz um contrato. São oitenta e não sei quantos euros por mês em função dos metros. Aliás, o Senhor sabe que isso acontece com as unidades económicas que pagam ao contentor e consoante o dia, os dias que lá vamos recolher. Ora, isto é para as unidades económicas. Para as pessoas que lá vivem, o Senhor conhece a situação social das mesmas, acha que era preferível deixarmos lá os resíduos por recolher? Naturalmente, nós fizemos essa uma opção. É para manter resíduos, iluminação pública. É para manter em Rio Frio porque de fato é uma zona que, não obstante, ser uma propriedade privada tem usufruto público. Que eu saiba ninquém foi impedido de lá entrar, a não ser por mau comportamento.

Quanto ao futuro, teremos oportunidade de conversar sobre o Plano de Ação Territorial de Rio Frio e o Senhor há de conhecer também alguns projetos que eu espero que vinguem, para bem da economia do nosso território, da criação de emprego e do potencial endógeno que temos na área do Agroturismo."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Obrigada Sr. Presidente. Eu..., nós estamos numa sessão um bocadinho original, mas eu recordo que estamos com uma hora e quarenta e cinco minutos, Período Antes da Ordem do Dia, ainda não chegamos às Moções, nem ao período de informação. Aliás, eu a seguir vou suscitar que a gente reflita sobre isto. De qualquer modo tem a palavra o [PPD/PSD.CDS/PP], por favor."

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

"Uma pequena informação porque fiquei aqui com dúvida agora por uma questão suscitada aqui pelo [Sr. José Carlos de Sousa do PS]. Não sei se o Sr. Presidente me está a ouvir."

O Sr. Presidente da Câmara:

"Estou sim senhor."

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

"Ah, obrigado."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Estamos todos."



A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

"Relativamente ao *'Palmela Village'*, o Sr. Presidente disse que a situação era de condomínio, mas juridicamente não é nenhum condomínio fechado, que eu saiba, não é Sr. Presidente? Por acaso tinha sido abordado e não tinha trazido aqui à liça essa questão por um munícipe, que efetivamente estão a ser pedidas as matrículas, e um caso que eu tenho conhecimento, até lhe pediram para abrir a mala do carro porque parece que é uma empresa de segurança nova que lá está e tem outra abordagem da anterior. Talvez tenha ordens para isso, não é? Por acaso eu passei lá a semana passada e também me pediram a identificação e efetivamente eu informei o Senhor que ele não tem poderes para pedir a identificação às pessoas que passam. Aliás, um caso semelhante já se passou na Herdade da Aroeira, que também é considerado um condomínio. Efetivamente não é um condomínio fechado porque essa legislação é muito apertada, não é, e já houve ações em tribunal e essas questões tiveram que ser aligeiradas. Não quer dizer que não haja segurança, mas que há coisas e ações que efetivamente, legalmente não podem ser tomadas. Não sei se o Sr. Presidente tem conhecimento disso."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Muito obrigada. Mais alguma questão por favor? Bem, Sr. Presidente pedia-lhe que fosse muito breve sobre esta questão."

O Sr. Presidente da Câmara:

"Muito sucintamente. De uma vez por todas, esse arruamento que atravessa o empreendimento turístico insere-se dentro da área de intervenção desse empreendimento turístico que tem natureza privada - a Senhora é advogada e pode, do ponto de vista jurídico, confirmar que assim é -, a par dos restantes arruamentos e infraestruturas que lá estão, que não são públicas, são privadas. Ora, isto responsabiliza o condomínio.

O que o Município desde a primeira hora daquele projeto defendeu é que, não obstante, esse arruamento que - aliás, foi confirmado pela Conservatória do Registo Predial de Palmela que não era público, porque nós andámos à procura disso, independentemente das pessoas sempre o terem utilizado; ninguém o reclamou por tempos imemoriais, senão ao abrigo do usucapião alguém reclamaria isso - o que o Município defendeu, e bem na minha perspetiva, é que aquele acesso não fosse vedado, não fosse vedado ao trânsito. Naturalmente que o condomínio por razões de segurança, que são conhecidas, e basta constatar os dados do último ano sobre o número de incidentes que lá houve, roubos, etc., tiveram que tomar algumas medidas, não para cercear e dificultar o atravessamento, mas para controlar quem entra e sai. A questão é esta. É que há roubos no espaço público, mas também há roubos numa zona privada que naturalmente é utilizada até por pessoas que não residem no condomínio. Portanto, esta garantia tem-nos sido dada, que esse arruamento não será vedado à circulação de quem lá necessitar passar, mas tem de haver algum controlo, sobretudo, a determinadas horas do dia. Porque posso dizer-lhe que mesmo recentemente fui às Marquesas, fui ver a obra da Estrada da SetCom e passei por lá, não sei, acho que nem conhecem o carro do Presidente da Câmara, nem sabiam que era eu que ia lá com certeza, porque o Segurança não me conhece de lado nenhum e de fato não me foi vedada a circulação.

Temos tido nota de algumas reclamações de munícipes que se sentem incomodados pelo fato de alguém os interpelar tendo em vista a sua identificação. Sobre a legitimidade, eu deixo isso para os juristas. Agora compete à Câmara é garantir o compromisso que foi assumido com o Município. É deixarem atravessar e penso que ninguém foi impedido de atravessar. Se alguém foi, façam favor de fazer chegar essa reclamação a quem de direito. Penso que era esta a questão."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Bem, vamos às votações, às Moções, desculpem. Eu tenho quatro propostas, isto é, quatro Moções: uma apresentada pelo [BE], em primeiro lugar, depois uma apresentada pela CDU, outra apresentada pelo [PS] e outra penso que também pelo [PS]."



Na continuação, a **Sra. Presidente da Mesa** propôs a admissão das Moções, sendo admitidas por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (dezassete da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e um do BE).

A Sra. Presidente da Mesa:

"A primeira Moção, do [BE] é sobre o 'Regime Jurídico da Área Metropolitana'. Eu pedia de qualquer maneira ao membro do [BE] que apresenta a moção, sem ler, de facto não precisa, mas que diga muito rapidamente qual é o seu objeto e a seguir abrimos a discussão sobre isso. Depois passamos a fazer o mesmo em relação à Moção apresentada pela CDU e depois às duas Moções apresentadas pelo [PS], está bem?"

Moção do BE sobre o "Novo Regime Jurídico da Área Metropolitana (Lei n.º 75/2013, de [doze de setembro])"

Tomou a palavra o Sr. Carlos Oliveira do BE para apresentar a Moção, que ficará apensa à ata:

"Sra. Presidente, eu preferia ler. Eu prometo ser rápido na leitura, o mais possível."

A Sra. Presidente da Mesa:

"É muito grande, é muito grande. Eu peço-lhe mesmo que não. Peço desculpa, mas a Moção é muito grande."

O Sr. Carlos Oliveira do BE:

"É que isto prende-se com vários artigos da nova Lei [n.º] 75/2013 [de doze de setembro] que eu preferia..."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Mas, ó, ó Carlos Oliveira desculpe, o que eu sugeria era: nós todos conhecemos o tema, não é, portanto, diga qual é o tema e abrimos a discussão. E depois quem quiser intervém sobre o artigo tal ou tal, ou sobre outa prestativa qualquer, mas só identificar o tema, está bem? Se não eu faço-o. "

O Sr. Carlos Oliveira do BE:

"Pronto, então, eu vou, vou tentar ser o mais breve possível. Então, como é sabido está a ser implementada um novo Regime Jurídico da Área Metropolitana de Lisboa, em que este... Há uma presidência deste órgão que é feita pelos Presidentes das Câmaras que integram esta Área Metropolitana. O [BE] considera que não há, pronto, Democracia, não há representatividade dos Membros da Assembleia Municipal, uma vez que só são chamados a intervir na votação deste órgão e depois não há intervenção *a posteriori* sobre outras decisões que partam deste órgão metropolitano. É nessa base que nós repudiamos este meio de Área Metropolitana de Lisboa. É só isso."

Não havendo intervenções, a **Sra. Presidente da Mesa** referiu:

"Só para esclarecer. Neste caso, penso que há uma nota final na Moção, que vale a pena sublinhar, isso sim, que é o fato desta Moção propor que seja solicitada, que seja suscitada, aliás, junto do Tribunal Constitucional a fiscalização sucessiva da Constitucionalidade do Diploma que institui as Áreas Metropolitanas tal como estão. E depois propõe ainda que se expresse que as Áreas Metropolitanas devem ser dotadas de órgãos com legitimidade eleitoral, resultante do sufrágio direto e propõe final... E, portanto,



sugere a alteração do regime jurídico, não é, que as constitui e finalmente que a moção seja enviada a todos os órgãos de soberania, a começar pelo Sr. Presidente da República, a Sra. Presidente da Assembleia da República, etc."

Submetida a Moção a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com dezoito votos a favor (dezassete da CDU e um do BE) e onze votos contra (oito do PS e três do PPD/PSD.CDS-PP). Aprovado em minuta.

Pelas vinte e três horas e oito minutos ausentou-se da participação dos trabalhos a **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP**.

Moção da CDU sobre a "Lei n.º 22/2012[, de trinta de maio]"

Tomou a palavra a **Sra. Adelaide Benedito da CDU** para apresentar a Moção, que ficará apensa à ata:

"Boa noite. Como estamos a poupar tempo, não é, então o objetivo desta Moção da CDU basicamente é que a legalidade seja reposta e que as freguesias que foram agregadas, nomeadamente no Concelho de Palmela, Freguesia de Marateca e Poceirão, voltem às suas origens e que realmente o espírito do '25 de Abril' se mantenha e que consigamos com a desagregação das freguesias, melhor para as suas populações, ao contrário daquilo que a Lei que nos obrigou a juntarmos dizia que seria benéfico para a população. Não é isso que se verifica na prática. É realmente um grande esforço, muito trabalho e muita dificuldade para conseguirmos fazer melhor do que antes com as duas freguesias separadas. Propomos que a população, as populações das freguesias e, nomeadamente, a nível da ANAFRE [Associação Nacional de Freguesias] que se desenvolvam todos os esforços para que isso volte ao anterior."

Não havendo intervenções, foi a Moção submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria, com vinte e seis votos a favor (dezassete da CDU, oito do PS e um do BE) e duas abstenções do PPD/PSD.CDS-PP. Aprovado em minuta.

Moção do PS sobre a "Defesa dos doentes oncológicos"

Tomou a palavra o **Sr. Bruno Grazina do PS** para apresentar a Moção, que ficará apensa à ata:

"Boa noite, Senhoras e Senhores. Hoje excecionalmente vou saltar a parte do formulário para não perdermos mais tempo. Passo então à apresentação da Moção. *'Defesa dos doentes oncológicos, o Governo PSD-CDS é o autor do despacho...'''*

A Sra. Presidente da Mesa:

"Peço desculpa, não vai ler, pois não? É só..."

O Sr. Bruno Grazina do PS:

"Não, é essencial que leia para tentar de forma resumida."

A Sra. Presidente da Mesa:



"Não, não, desculpe, eu não deixei ler. Vai resumir em meia dúzia de palavras a Moção, senão faço eu."

O Sr. Bruno Grazina do PS:

"O Governo, o Governo publicou este Despacho [n.º 13877-A/2013]."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Sobre?"

O Sr. Bruno Grazina do PS:

"Que visa limitar o pedido de autorização excecional para uso de terapêuticas inovadoras aos designados Centros Especializados para Utilização Excecional de Medicamentos [CEUEM]. Esta limitação abrange os tratamentos para doenças oncológicas e limita os Centros Especializados referidos. Apenas três unidades orgânicas ao [Instituto Português de Oncologia de Lisboa Francisco Gentil, E.P.E. (IPOLFG, E.P.E.), Instituto Português de Oncologia de Coimbra Francisco Gentil, E.P.E. (IPOCFG, E.P.E.) e Instituto Português de Oncologia do Porto Francisco Gentil, E.P.E. (IPOPFG, E.P.E.).

Vem então a Assembleia Municipal de Palmela requerer a suspensão imediata do referido Despacho e a adoção de medidas por parte do Ministério da Saúde que visem a procura de soluções adequadas ao apoio do tratamento de doentes oncológicos, e apoiar as iniciativas da Ordem dos Médicos, do seu Colégio de Oncologia, dos Médicos Oncologistas e de Associações de Defesa de Doentes Oncológicos. Reconhecer que todos os hospitais do nosso país onde existem unidades de tratamento de doentes com cancro, que existem médicos que têm elevada competência, que merecem a confiança dos doentes e que, por isso, também merecem o nosso apoio e reconhecimento. E, por último, enviar a presente Moção aos órgãos aqui referenciados. Obrigado."

Não havendo intervenções, foi a Moção submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria, com vinte e seis votos a favor (dezassete da CDU, oito do PS e um do BE) e duas abstenções do PPD/PSD.CDS-PP. Aprovado em minuta.

Moção do PS "Pela gestão pública da água e dos resíduos"

Tomou a palavra o **Sr. Raul Cristóvão do PS** para apresentar a Moção, que ficará apensa à ata:

"Muito rapidamente. Nós no contexto da privatização dos resíduos e da questão da água fizemos uma Moção que em parte coincide com a Moção que foi aprovada em sessão de Câmara e, portanto, penso que é do conhecimento que teve já o apoio também da CDU e do [BE], [?] naquilo que é o fundamento desta Moção e que é essencialmente lutar contra, ou estar contra, a privatização desta área que para nós é essencial porque nós, o [PS], não é contra as privatizações, é contra as privatizações de setores base e este é para nós um setor fundamental e que não pode de modo algum ser privatizado. E, portanto, é nesta base que nós fazemos este, esta Moção e pensamos que corre-se perigos quando se propõem a privatização de um, destas áreas da Água e dos Resíduos. São coisas que são fundamentais para ficarem no... São interesse público e que devem ficar sob domínio da gestão pública."

Sobre a Moção foi efetuada a intervenção que seguidamente se transcreve.

O Sr. Domingos Rodrigues da CDU:

"Muito obrigado, Sra. Presidente. Muito rápido também. Nós também tínhamos uma Moção sobre esta matéria, mas considerámos que era extremamente importante podermos analisar em conjunto e, aliás,



dizendo, vem em sequência da própria Autarquia, Câmara, já o ter feito e, portanto, nós, [PS] analisámos e muito bem, acordámos de ser uma Moção, passaria a ser uma Moção da Assembleia Municipal, destes dois grupos da Assembleia.

O [BE] também, digamos, e muito bem, na nossa ótica de ver o problema também subscreve esta Moção e eu até desafiava *'Palmela Mais'* também estaria disponível para entrar neste grupo para subscrever isto. E por que é que eu digo isto? Porque todos nós sabemos que as dezoito autarquias da Área Metropolitana, e não são da CDU todas, nem do PS são todas, também tem daquilo que nós intitulamos as «forças de direita» com outras autarquias e por unanimidade estão contra esta medida. E, portanto, nós pensamos que é extremamente importante tomarmos aqui uma medida e uma medida que se fosse coletiva melhor ainda que correspondia àquilo que nós sabemos e que, hoje mesmo, possivelmente também foi ouvido o Tribunal de Contas que falou sobre esta matéria, em que o Tribunal de Contas também está contra as medidas que querem ser impostas nesta área. Portanto, nós subscrevemos e muito obrigado."

Submetida a Moção a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e seis votos a favor (dezassete da CDU, oito do PS e um do BE) e dois votos contra do PPD/PSD.CDS-PP.

Pelas vinte e três horas e dezasseis minutos a **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP** retomou a participação nos trabalhos.

No seguimento, a Sra. Presidente da Mesa deu início ao Período da Ordem do Dia.

A Sra. Presidente da Mesa:

"Srs. Membros da Assembleia terminámos as nossas Moções e eu ia fazer uma sugestão, desculpem, há uma pequeníssima questão de ordem, enfim, regulamentar mas eu queria colocar uma questão à Assembleia que tem que ver com o nosso horário de funcionamento, etc. É evidente, por Regimento nós devíamos tratar isso agora. Acontece que nós temos uma proposta que é a do Regimento, propriamente dito, e portanto a minha sugestão era: eu não vou falar disto no Período Antes da Ordem do Dia, como devia, não é, mas guardo-a para o momento da proposta, está bem? Portanto, é só para perceberem que é uma questão que não é a proposta, mas no fundo tem um bocadinho que ver com as questões do nosso funcionamento.

Pronto, então nesse caso, não está cá o Sr. Presidente da Câmara? Será que ele não quer usar, não quer fazer a..., invertemos os pontos? Ganhamos tempo passamos já ao dois? Então pronto, vamos avançar enquanto o Sr. Presidente da Câmara não chega, depois, depois voltamos. Isto hoje é uma sessão muito original, mas ainda bem que acontece... Ora bem, ainda bem que acontece que é para nos permitir a reflexão, pronto. Já vem a correr. Sr. Presidente, nós estamos disponíveis aqui para fazer uma pequena inversão à Ordem de Trabalhos, damos-lhe mais uns minutos. Sr. Presidente da Câmara? Damos-lhe mais uns minutos e nós vamos tratar do tema '*Regimento'*, está bem? E depois entramos no tema da informação do Sr. Presidente, pode ser assim?"

O Sr. Presidente da Câmara:

"Com certeza."

PONTO DOIS – Aprovação do Regimento da Assembleia Municipal de Palmela

A Sra. Presidente da Mesa:



"Pronto, eu acho que é pertinente, é pertinente porque tem um bocadinho que ver agora com esta nossa forma de funcionamento e, de certa maneira, acho que tendo em conta até alguns dos aspetos particulares desta sessão hoje, vale a pena nós entrarmos nesta discussão.

Então, a nossa proposta de hoje, a proposta que eu trago à Assembleia, naturalmente, é... Eu vou é pedir para termos um bocadinho de concentração. A proposta que eu trago à Assembleia hoje é sobre justamente o funcionamento da Assembleia, ou seja, é a proposta de Regimento abordada no seio de um grupo de trabalho constituído propositadamente para o efeito. Como os Srs. Membros da Assembleia sabem, nós temos, enfim, devíamos tê-lo feito ou..., sim devíamos tê-lo feito na primeira reunião, de qualquer maneira como é normal nestes casos não o tendo feito na primeira reunião, seguimos o princípio do funcionamento de acordo com o Regimento anterior, mas impunha-se desde logo uma atuação do Regimento anterior à atual legislação, nomeadamente a Lei n.º 75/2013, [de doze de setembro], que impõe novas regras relativamente ao funcionamento dos Órgãos Autárquicos e, portanto, esta proposta vem hoje a esta Assembleia.

Eu para além daquilo que é matéria de Regimento e que já passo, enfim, a fazer uma muito sumária apresentação sobre o que ele contém de novo, digamos assim, para além daquilo que é matéria de Regimento, repito, há um tema que eu gostava de partilhar com os Srs. Membros da Assembleia, que é o tema do horário das nossas reuniões e a forma de funcionamento das nossas reuniões, naquilo que não é digamos matéria subsumível, não é, ao próprio Regulamento, ao próprio Regimento, desculpem. E, portanto, em matéria de horário a questão que eu queria colocar era a seguinte:

— Primeiro, nós temos, enfim, de há muitos anos a esta parte, trabalhado nesta Assembleia com o horário de funcionamento das vinte e uma horas. Temos dois problemas. Um é - para este tipo de reunião começar às vinte e uma horas, nós em média temos que chegar aqui vinte minutos mais cedo, porque se não chegarmos vinte minutos mais cedo, começamos a reunião vinte minutos mais tarde. Há o tempo da chegada, dos cumprimentos - naturalmente que são simpáticos e é bom, a gente só se vê de vez em quando -, há o tema das assinaturas e, portanto, quando começamos a entrar de fato na chamada estamos com pelo menos, e eu hoje fiz um esforço mas ainda havia pessoas a tomarem posse, estamos com vinte minutos de atraso. Ora, não me parece método, não é? Eu sei que é assim, é normal, todos lidamos com isto, mas acho que devemos fazer um esforço para que não seja assim.

As Assembleias correm o risco de ser, e todos nos temos experiência disto aqui nesta sala, os que já cá estamos há alguns anos, as Assembleias correm o risco de ser reuniões muito longas e, em muitos casos, muito maçadoras. E, portanto, eu acho que nós temos que contribuir para que elas sejam céleres, interessantes, motivadoras e acho que na questão dos procedimentos pode haver algo a melhorar. Portanto, pergunto aos Srs. Membros da Assembleia se nós estaríamos disponíveis, primeiro, a fazermos este ajustamento que é: nós não podemos chegar à reunião à hora a que ela começa, mas temos que chegar pelo menos vinte minutos antes, e alguns meia-hora, já agora, para que isto depois funcione, não é?

E a segunda questão é se... Eu gostaria, coloquei isto em sede do Grupo de Trabalho, naquele órgão estivemos de acordo, mas eu acho que é uma matéria muito sensível e, portanto, deve ser partilhada com os Srs. Membros da Assembleia. A segunda questão é se nós não podemos mesmo antecipar a hora formal de início da reunião, em meia-hora. Ou seja, nós passaríamos a ter as Assembleias marcadas para as vinte e trinta, que significa que temos que começar a chegar à Assembleia oito e dez, para que ela arranque de facto às oito e meia. Pergunto aos Sr. Membros da Assembleia, eu gostava de, enfim, que refletissem sobre isto, se estaríamos de acordo com um procedimento deste tipo. O objetivo é, repito, mesmo que hoje possa não ser, aliás, eu acho que hoje é um exemplo, apesar de tudo. Quer dizer, nós ganhámos imenso tempo nas Moções. Quero-vos dizer que também não é meu lema que deva ser assim. As Moções têm aqui temas muito importantes; se calhar mereciam ser até, em alguns casos, um bocadinho mais aprofundadas e partilhadas, nomeadamente, as pessoas que estão na sala, os cidadãos ficaram a perceber pouco das Moções que nós aqui aprovámos. Portanto, as Moções merecem ter tempo e ter espaço, bem, mas reparem foi uma opção que fizemos porque neste momento são quase onze e meia e se nós seguíssemos o modelo habitual estávamos a discutir a primeira moção neste momento.



Portanto, pergunto aos Srs. Membros da Assembleia se estão de acordo com estas nuances no nosso funcionamento. Primeiro: horário formal para começar a reunião, vinte e trinta; e depois o compromisso de todos nós de fazermos com que a reunião possa começar às vinte e trinta, ou seja, chegarmos mais cedo. Gostava de vos ouvir, sumariamente, se fosse possível alguém de cada Bancada. Se acharem que não, parto do princípio que estarão de acordo. Estamos todos de acordo? Nesse dia jantamos menos bem, mas se nos despacharmos ainda podemos cear, não é? Pronto, então a primeira parte, a primeira parte que era a questão que eu queria colocar no Período Antes da Ordem do Dia está resolvida.

Vamos então há nossa proposta. Portanto, a proposta é de facto a de apresentação do novo modelo de Regimento. Esta proposta de Regimento foi elaborada no seio do Grupo de Trabalho constituído para o efeito; foi constituído por um Membro de cada Bancada. Representou:

- O [BE Sra.] Tânia Ramos;
- O [PPD/PSD.CDS-PP Sra. Maria] Rosa Pinto;
- O PS [Sra.] Ilda Fino;
- A CDU [Sr.] Domingos Rodrigues e eu própria integrei o Grupo de Trabalho.

Ora bem, basicamente o que é que nós fizemos - eu depois peço a cada uma, naturalmente, ou cada um dos Membros do Grupo [de Trabalho] se quiserem acrescentar alguma coisa estejam à vontade -, portanto, basicamente o que é nós fizemos: nós observámos o Regimento anterior, apenas por uma questão de estilo, enfim, fizemos alguma reorganização da apresentação do Regimento, fizemos uma adequação do Regimento à Lei [n.º 75/2013, de doze de setembro] e fizemos uma pequena alteração, enfim, de conteúdo nesta questão do funcionamento da Assembleia que tem que ver com uma ligeira redução no Período Antes da Ordem do Dia e, portanto, suscito a vossa atenção para isto. Nós propomos uma redução no Período Antes da Ordem do Dia. Para que essa redução funcione nós temos que adotar, temos que aceitar, novas regras entre nós relativamente aos tempos de intervenção.

O Período Antes da Ordem do Dia passa a definir globalmente uma hora, isto é, sessenta minutos para um período, isto é, para um espaço de intervenção quer do público, quer dos Membros da Assembleia. E depois eu tenho que incorporar aqui a possibilidade das respostas do Sr. Presidente da Câmara. Portanto..."

Houve uma intervenção da parte de um Membro da Assembleia, mas em virtude de não ter recorrido ao uso do microfone, não é possível transcrevê-la.

A Sra. Presidente da Mesa:

"Isso a gente discute com o Sr. Presidente da Câmara, sob pena, sob pena de termos que definir em Regimento - o Sr. Presidente não se vai importar que eu faça a gestão desse tempo - e, portanto, de vez enquanto, obviamente com todo o respeito, mas alerto para esta questão, não é? Eu creio que é a única forma, porque legalmente como sabem o que está em causa no Período Antes da Ordem do Dia, quem é interpelada é a Mesa; somos nós. Quem é interpelada é a Mesa, o que por definição também faz sentido, quer dizer não tem sentido nós estarmos a ser interpelados e depois munirmo-nos destas perguntas todas e dirigi-las mais tarde ao Sr. Presidente da Câmara. Isto não tem sentido, quer dizer, o que tem sentido é de certa maneira o que aconteceu aqui hoje com o exemplo da intervenção das Sras. e dos Srs. Munícipes, que é, usar justamente o momento em que as pessoas aqui vêm, para tentar responder. Eu acho que isto é que é razoável. Mas em boa verdade não há nada em termos Regimentais, nem em termos de Lei, que diga que há um tempo de intervenção para o Executivo. Portanto, nós temos que fazer isto numa lógica naturalmente de cooperação, entendimento e muita, muita, enfim, muita tolerância mútua. Portanto, isto implica que eu também passe a disciplinar um bocadinho, desculpem a expressão, os tempos de intervenção da Câmara e, naturalmente por maioria de razão, que apelo de fato ao cumprimento por parte dos Membros da Assembleia. Portanto, repito, estamos perante uma proposta que encurta o Período Antes da Ordem do Dia para uma hora. Pronto, eu sublinho isto porque me parece uma questão muito importante para a gente não vir cá depois, na outra reunião zangar-se, não é, e dizer afinal isto não funciona. Portanto, está aberta a



discussão sobre o assunto, todos somo livres de ponderar sobre isto; é em sede desta proposta que devemos refletir sobre estes assuntos.

Outras matérias. Nós, enfim... Eu penso que não há, quer dizer, não há aqui nenhuma rutura - depois poderão naturalmente completar, os Membros do Grupo [de Trabalho], esta minha apresentação da proposta, se assim entenderem -, mas não há aqui nenhuma rutura com o nosso Regimento em termos de fundo. O que há de facto são questões, como já disse, de ajustamento à nova legislação e de clarificação em algumas áreas. Nós entendemos, enfim, tratar de forma mais detalhada a questão relacionada com as substituições, as suspensões, mas apenas por uma questão didática, isto é, para que se perceba melhor o que é a figura da suspensão pontual, o que é a figura da suspensão por um período superior a trezentos e sessenta e cinco dias, desculpem, o que é um período de suspensão superior a trinta dias, clarificando que a substituição acontece sempre, seja por uma falta isolada, seja por uma falta mais prolongada, o lugar que é ocupado por quem aqui vem é sempre ao abrigo desta figura da substituição e depois, finalmente, a figura da renúncia que é já uma coisa completamente diferente.

Depois, fizemos esta opção como podem, como puderam ver hoje aqui, enfim, mais uma vez respeitando a Lei, portanto, em cada ato de substituição nós aceitamos meramente a rubrica da ata, não é, a não ser quando há Membros que, pela primeira vez, são chamados à Assembleia Municipal e, portanto, não tomaram posse na Assembleia inicial. Portanto, nesse caso temos que verificar e fazer esta tomada de posse que hoje aqui fizemos. Penso que... Não sei se há alguma questão de fundo que a Dra. Joana me queira ajudar, por favor."

Houve uma intervenção, mas em virtude de não se ter recorrido ao uso do microfone, não é possível transcrevê-la.

A Sra. Presidente da Mesa:

Ah! Exatamente, exatamente. Houve uma sugestão que tem que ver com a forma de convocação das sessões. Portanto, até à data, e a Lei ainda diz de facto a forma escrita, o correio, etc., nós acrescentámos uma forma que não vem na Lei, mas sujeitamos à vossa apreciação. Portanto, estamos assim um bocadinho para além da Lei, mas eu penso que não, em, digamos, que em situação de ilegalidade que é, a convocatória por [endereço eletrónico], deixando claro que é possível que alguém diga expressamente que não quer ser convocado por [correio eletrónico] e, se isso acontecer, naturalmente nós usamos os meios tradicionais, não é? Mas por uma questão de rapidez, de custos, de, enfim, procedimento célere - e hoje em dia muito comum -, sugerimos que seja incluída a forma, esta forma de convocatória. Pronto. Mas repito, está expresso no Regimento que se alguém entender que não quer ser convocado por [endereço eletrónico], basta dizer aos nossos Serviços e o método é o habitual.

Sras. e Srs. Membros do Grupo de Trabalho querem acrescentar alguma coisa a esta nossa proposta? [Sra. Maria] Rosa Pinto [do PPD/PSD.CDS-PP] e depois, [Sra.] Ilda Fino, por favor."

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

"No que diz respeito ao que a Sra. Presidente disse e relativamente ao Período Antes da Ordem do Dia de sessenta minutos, eu quero aqui frisar que nós não encurtámos o período. Encurtámos em relação ao anterior Regimento, que não estava conforme com a Lei. É a própria Lei que refere os sessenta minutos. É óbvio que a Sra. Presidente e a Mesa terão sempre a flexibilidade, se ocorrerem muitos munícipes, de podermos estender pontualmente esse período e não cortar a liberdade de intervenção das pessoas e dos munícipes, não é? Portanto, estes sessenta minutos decorrem da Lei e o anterior Regimento não estava consonante com a Lei, porque esses sessenta minutos já eram previstos na Lei anterior. É só essa a informação."

A Sra. Presidente da Mesa:



"Sim, senhora, muito bem. Pelo [PS], por favor, Sra. Membro Ilda Fino."

A Sra. Ilda Fino do PS:

"Boa noite. Os meus cumprimentos a todos. Antes de mais, só queria saudar a forma como decorreu este Grupo de Trabalho, a participação de todas as forças partidárias, e congratular, portanto, o decurso da participação de todos. Eu acho que é muito importante, e deixava aqui um apelo para em sede de Comissões, ou eventuais Comissões, que decorresse também desta forma, de forma positiva, porque eu acho que houve um bom resultado. Houve também uma proposta apresentada pelo PS e foi discutida entre todos, e acho que o resultado foi favorável. Portanto, temos todos a ganhar com isso. É só."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Muito bem. Não sei se a CDU quer acrescentar alguma coisa, genericamente."

O Sr. Domingos Rodrigues da CDU:

"Não vale a pena repetir. De facto como disse ali aquela Bancada, fundamentalmente o que disse a [Sra. Ilda Fino do PS] agora, portanto, trabalhou-se, mas trabalhou-se não de alterar muito, mas que havia coisas que tinham que ser alteradas porque a própria Lei tinha que fazer um enquadramento nisto, não é? E pensamos que de facto continuamos a ter um bom Regimento para funcionar."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Exatamente, sim senhor. Muito bem. Então, se não houver nenhuma objeção nós passávamos a votar esta proposta."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e nove votos a favor (dezassete da CDU, oito do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP e um do BE). Aprovado em minuta.

<u>PONTO UM – Informação do Presidente da Câmara acerca da atividade municipal, de acordo com o disposto na alínea c) n.º 2 do art.º 25.º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro.</u>

A Sra. Presidente da Mesa:

"Agora sim, voltamos à proposta número um e eu passo a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para fazer a sua intervenção em termos de informação, por favor."

O Sr. Presidente da Câmara:

"Muito obrigado, Sra. Presidente. Fazia questão de fazer então aqui a leitura mais sintético possível da introdução, que é uma súmula do extenso conteúdo que revela a intervenção do Município nestes dois meses em apreciação e permitia-me dar destaque na <u>área da Proteção Civil</u> ao trabalho de Coordenação e Resposta, em articulação com todos os Agentes da Proteção Civil e Segurança no terreno, aos pedidos de auxílio registados em sequência das intempéries que assolaram o território. E realço também neste âmbito a conclusão da elaboração do Plano de Segurança Interno do Cineteatro S. João e respetivas medidas de autoproteção.



Na <u>área da Educação</u>, de referir que concluíram-se trabalhos de beneficiação e manutenção de edifícios escolares, nomeadamente, a ampliação e a remodelação da cozinha e espaços adjacentes e a instalação do aquecimento central da Escola Básica Joaquim José de Carvalho, em Palmela, mas foram também concluídos trabalhos nos sistemas automáticos de deteção de incêndios e iluminação de emergência e sinalética nas Escolas Básicas Zeca Afonso, António Matos Fortuna, Poceirão Um, Salgueiro Maia, Aires, Brejos do Assa e Cajados.

No final de janeiro, o Município teve a possibilidade de receber um conjunto de especialistas da área de Educação - nove inspetores polacos, dois portugueses e o Diretor-geral da Inspeção Geral de Educação e Ciência -, cuja visita teve como objetivo conhecer o sistema de inspeção e avaliação das escolas em Portugal, bem como o trabalho desenvolvido pelas nossas escolas e respetivas comunidades. O programa foi bastante frutífero, integrou a apresentação da Autarquia, do seu trabalho na área da Educação, seguido de um debate, bem como de visitas ao concelho.

Também em dezembro, registar aqui a realização da Quinta Edição do Fórum Social de Palmela com mais de uma centena de participantes de instituições locais. Esteve dedicado ao tema *'Economia Social'*. Um momento muito produtivo de partilha de experiências e debate acerca dos conceitos e valores de uma economia ética inclusiva, mas também importante referir no domínio da Intervenção Social o trabalho feito em pareceria com a SEIES [Sociedade de Estudos e Intervenção em Engenharia Social, C.R.L.], nomeadamente, a campanha em curso *'Sensibilização para a Temática da Violência Doméstica'*. Desenvolveram-se ações setoriais dirigidas a empresas vitivinícolas e às Escolas do Segundo e Terceiro Ciclos do concelho.

Neste período destaco também para a conclusão da Revisão da Reserva Agrícola Nacional [RAN] do concelho e a proposta de alteração do PDM [Plano Diretor Municipal] para enquadramento, nestas áreas da [RAN], também do Centro de Reciclagem de Palmela [, S.A.] no contexto da área industrial da Biscaia. Do trabalho realizado no Município, na <u>área do Ambiente</u>, destaque para as oficinas de trabalho de participação com a população e agentes locais, de discussão pública do Plano de Ação para a Energia Sustentável de Palmela. Houve também, neste período, uma exposição dedicada à temática da reciclagem das embalagens '*Tetra [Pak]*', no âmbito da Semana Europeia [da] Prevenção [da Produção] de Resíduos, com uma forte componente lúdico-pedagógica.

O Município, entretanto, em janeiro decidiu integrar a Rede de Cidades e Vilas de Excelência do Instituto de Cidades e Vilas com Mobilidade, [I.P.]. Neste âmbito, temos [previsto] o desenvolvimento num plano de ação local centrado na vila do Pinhal Novo sobre os temas da mobilidade, regeneração e vitalidade urbanas para implementação das medidas que daí resultarem no horizonte temporal de quatro anos. Neste sentido convém também recordar, porque terá tudo também a ver com isto, que a ciclovia envolvente poente ao Pinhal Novo tem obras já em curso.

Na <u>Gestão do Espaço Público</u>, destaque para, através de administração direta com recursos aos nossos trabalhadores, a reparação de um conjunto muito significativo de mobiliário urbano, que citaria aqui dois exemplos: Largo de S. João e Bairro do Padre Nabeto; mas um pouco por todo o lado - isto antes de entregarmos esta conservação às Juntas de Freguesia, futuramente, mas estamos para já a intervir na medida do possível. Mas também neste período, por diversas vicissitudes, algumas delas também relacionadas com o mau tempo, mas não só, procedemos ao abate e limpeza de árvores em vários pontos do concelho.

Destaque ainda para uma primeira intervenção que teve grande repercussão na Comunicação Social, uma intervenção de resgate de animais numa moradia no lugar de Pegarias. Destacar que, para além do excelente trabalho de articulação com Associações e Membros da Sociedade Civil, os Serviços do Canil Municipal assumiram a responsabilidade da vacinação antirrábica e identificação eletrónica gratuita a todos os animais adotados.

O Município continua muito empenhado na Candidatura da Arrábida a Património Mundial e além de integrar e dinamizar o trabalho contínuo das equipas, apoiou a produção e a realização do filme ['Arrábida Imaterial'] que se encontra disponível no [sítio de internet (site, em inglês)], e que convido todos a visionarem porque é de facto um contributo para a nossa memória coletiva.



Estreitou-se também a <u>relação de pareceria com o Movimento Associativo Local</u> dando-lhe espaço e protagonismo na dinamização do Auditório Municipal de Pinhal Novo - a Associação Juvenil COI, a Orquestra Nova de Guitarras, entre outros. Mas de referir que os nossos equipamentos municipais continuam a ser palco de uma programação regular de grande qualidade, para todos os públicos, de artes muito diversificadas. E também [destacar] aqui, oficinas pedagógicas dirigidas a crianças, com um reforço muito significativo da atividade da Casa das Expressões Fantasiarte.

As Bibliotecas de Palmela e Pinhal Novo tiveram neste período também uma iniciativa sazonal que tem que ver com o Natal, uma Feira de Livro Natalícias. Também ainda falando de Natal - que já vai longe, mas estamos a analisar este período de dezembro e janeiro -, uma peça intitulado 'O Natal das Bruxas Vendaval', escrita e protagonizada pela Equipa de Animação das Bibliotecas. Teve em itinerância do Concelho. Foi de facto um excelente momento e, constatou-se mais uma vez, que esta equipa tem, constitui um bom exemplo, uma boa prática de criatividade e capacidade de concretização, de mobilização dos recursos internos da Autarquia ao serviço das populações.

Na <u>área dos Transportes e Comunicações</u>, naturalmente o destaque vai para as empreitadas em curso: de beneficiação da estrada que liga o Caminho Municipal 1029 à Circular Norte da Autoeuropa e também do Concurso de Sinalização Horizontal em Estradas Municipais, entenda-se as pinturas do pavimento que obviamente também só começa a ser visível quando o tempo deixar proceder às reparações e, posteriormente, às respetivas pinturas.

A Câmara iniciou em janeiro também a empreitada de recuperação da passagem superior ao caminho de ferro junto a Poceirão, uma intervenção de emergência que o Município assumiu, apesar de estar em causa uma infraestrutura da [Rede Ferroviária Nacional - REFER, E.P.E.]. De referir que estimamos na próxima semana poder reabrir ao trânsito essa passagem. Por administração direta, dar aqui destaque à concretização de mais de uma centena de ações em todo o concelho: reparações de vias, execução, reparação de calçadas, bermas, valetas, passagens hidráulicas.

Em dezembro também ainda a campanha 'Este Natal deixe-se conquistar pelo comércio local', no âmbito da promoção turística e dinamização da economia local e da campanha 'Palmela Conquista', deu a conhecer as propostas do tecido comercial do concelho, e com o Palmela Tourist Card', que promoveu descontos e pacotes especiais para o Natal e para a Passagem de Ano.

O Programa 'Palmela Experiências com Sabor 2014' teve início em janeiro, com um programa vasto dedicado à fogaça de Palmela, cuja promoção voltará a estar em destaque em maio. Sublinhar ainda a aprovação de um conjunto de medidas consubstanciado em alterações de regulamentos e reduções de taxas de grande importância para o tecido económico local e para os munícipes em geral, nomeadamente, as alterações ao [Regulamento e Tabela de Taxas Municipais] e ao Regulamento da Urbanização e Edificação do Município de Palmela, documentos que estão neste momento em discussão pública e que para além da discussão pública temos promovido vários momentos de participação com um grupo específicos e sairá certamente daí ainda mais enriquecido. Naturalmente, após este período, se for necessário voltará à reunião de Câmara, se não for necessário virá diretamente a este órgão deliberativo para os devidos efeitos.

Também no período que se reporta a este Relatório destaque para a aprovação dos Acordos de Execução e Contratos Interadministrativos entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, no âmbito da Delegação de Competências, bem como Protocolos de Colaboração para Apoio aos Postos Descentralizados das Juntas de Freguesia. O trabalho nesta área não está concluído, pensamos até abril ter ainda protocolados outros Acordos de Execução e novas Delegações de Competências.

Ainda no Plano da Participação, porque tem havido uma atividade intensa que nem sempre é noticiada, é que continuam a existir várias sessões do Projeto *'Poder Local - Eu conheço. Eu participo'*, dinamizadas nas escolas do Primeiro Ciclo do concelho e com uma população muito ativa, muito esclarecida, e com reparos interessantíssimos. Posso dizer-vos que às vezes, aliás, eu acho que é mais difícil do que as questões colocadas pela Assembleia Municipal, eu pelo menos sinto, não sei o que é que o Vereador Adilo pensa, mas olhem que os meninos trazem a lição bem estudada. Naturalmente este Relatório reflete a Atividade Municipal - não estou a desvalorizar a intervenção dos Srs. Membros da Assembleia, hã."



Houve várias intervenções por parte de alguns Membros da Assembleia Municipal, mas em virtude de terem sido proferidas em simultâneo e sem terem recorrido ao uso do microfone, não é possível transcrevê-las.

A Sra. Presidente da Mesa:

"É só para dizer que as crianças..."

O Sr. Presidente da Câmara:

"É só para dizer que as crianças estão atentas e participam, e que «de pequenino é que se torce o pepino».

Este foi um período, e terminaria com esta nota, foi um período de profundas alterações na nossa estrutura orgânica, com uma redução drástica do número de dirigentes e a adaptação das trabalhadoras e trabalhadores a uma nova realidade que incluiu a mudança de funções, de equipas e muitos casos de instalações. Devo sublinhar a grande capacidade de concretização deste enorme coletivo que permitiu continuarmos a responder às necessidades dos munícipes, a agir sobre o território com qualidade e sentido de Serviço Público, sem interromper estas respostas no essencial, apesar destas profundas alterações e dos sacrifícios que isto obrigou a todos os nossos trabalhadores. Disse, Sra. Presidente. Estou ao dispor para as questões que entendam."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Muito bem, muito bem, muito obrigada, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Membros da Assembleia alguma questão ao Sr. Presidente da Câmara, no âmbito desta informação? Tem a palavra, por favor, o [Sr.] José Carlos de Sousa [do PS]."

O Sr. José Carlos de Sousa do PS:

"Muito obrigado, Sra. Presidente. Vou ser mais breve que o Sr. Presidente de Câmara. E dizer, primeiro, é outra reflexão que temos que fazer: é se é mais relevante ouvirmos ler este documento, do que ouvirmos ler as propostas, que foram discutidas, trabalhadas, etc. É que o documento, nós também o temos; da mesma maneira que temos as propostas. Portanto, é outa reflexão que deixo."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Mas quais propostas, desculpe?"

O Sr. José Carlos de Sousa do PS:

"As propostas do Período Antes da Ordem do Dia! Das Moções!"

A Sra. Presidente da Mesa:

"Ah! As Mocões,"

O Sr. José Carlos de Sousa do PS:

"Moções, peço desculpa pela terminologia."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Sim, está bem, está bem. Sim, sim, sim."



O Sr. José Carlos de Sousa do PS:

"A outra questão."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Mas eu suscitei, desculpe interrompê-lo. Eu há bocadinho suscitei essa questão. O Senhor não quis, não pegou na palavra, mas há bocadinho tínhamos espaço para discutir isso."

O Sr. José Carlos de Sousa do PS:

"Sim, pois, mas, mas, a Sra. Presidente não permitiu que as propostas fossem lidas, ou disse, ou sugeriu que, enfim, resumam. O Sr. Presidente além de ler, acrescenta! Este é o fórum da Assembleia Municipal, não é o fórum da Câmara Municipal."

O Sr. Presidente da Câmara:

"Desculpe, mas este ponto, este ponto é obrigatório e é da responsabilidade..."

O Sr. José Carlos de Sousa do PS:

"Com certeza, mas já o temos. Já o temos. Da mesma maneira, Sra. Presidente, aprovámos hoje uma ata em que a Sra. me pediu para eu, enfim, abreviar..."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Oh, José Carlos Sousa, eu vou interrompê-lo, desculpe lá. Agora, agora, não, agora vou mesmo interrompê-lo."

O Sr. José Carlos de Sousa do PS:

"É a segunda vez."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Não, desculpe. Não. Vamos lá a ver."

O Sr. José Carlos de Sousa do PS:

"É por causa dos tempos!"

A Sra. Presidente da Mesa:

"Mas ouça uma coisa. Tivemos uma discussão aqui há bocado sobre as questões de funcionamento da Assembleia Municipal. Neste momento estamos no ponto sobre a Informação do Presidente da Câmara! Eu há bocadinho sublinhei as questões! Quer dizer, acho um bocadinho estranho que o Senhor não tivesse, e eu acho interessante. Aliás, quero dizer que a primeira questão sobre a não leitura das Moções, não foi iniciativa minha, foi exatamente daí que saiu a dizer: *'Não vamos ler'*; e eu acolhi."

O Sr. José Carlos de Sousa do PS:



"E resumimos todos."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Pronto, e acho que tivemos todos de acordo! Portanto, não me parece razoável que o Senhor diga isso agora, e tanto mais quando há bocadinho tivemos um tempo e um ponto especial para discutir isto. Agora estamos a falar da Informação do Presidente da Câmara. Eu tomei a iniciativa há bocadinho de colocar a questão, inclusivamente, ao Sr. Presidente da Câmara, não é, de aceitar naturalmente que eu venha a disciplinar os tempos de intervenção. O Senhor agora pode dizer: *'Olhe, é uma das coisas que sugiro é que este ponto da Informação do Presidente seja incluído na revisão da Assembleia'*, mas quer dizer, não discuta agora o que não discutiu há bocado. É uma questão metodológica."

O Sr. José Carlos de Sousa do PS:

"O objetivo não é esse."

A Sra. Presidente da Mesa

"Pois, eu posso estar de acordo consigo em termos de conteúdo, mas a forma não me parece a melhor. Mas continue, diga lá."

O Sr. José Carlos de Sousa do PS:

"É que o seu discurso caiu completamente por terra face a esta apresentação. Por quê? Porque foi completa. Agora... Completa e acrescentada. No dia em que me pediu, com a delicadeza habitual, para que eu não falasse mais, eu falei isto que está aqui. E a seguir, o Sr. Presidente da Câmara falou isto, e mais isto.

Portanto, a disciplina, enfim, tem que vir também daí, porque há aqui matérias que objetivamente são difíceis de ser tratadas só pela rama. Ou as tratamos, ou nem vale a pena trazer aqui. E com meia-hora, acho que não vale a pena; ficará para a sessão de Câmara. E, portanto, os vinte e tais que estamos aqui, vimos aqui mera cortesia, parece-me, parece-me. Parece-me, e parece-me cada vez mais. Isto é muito pessoal. Isto é muito pessoal, esta questão de virmos aqui por cortesia, é muito pessoal.

Relativamente àquilo que nos traz a este ponto. Eu sei que o Sr. Presidente da Câmara já alterou muito do funcionamento da mesma, durante estes cerca de cinco meses de exercício e penso que estará também na altura de tentarmos alterar - sabem que eu sempre li estes relatórios com muita, enfim, com muita fluência -, tentarmos alterar algumas das metodologias que são aqui implementadas há muitos anos e que dão, para quem lê, alguma, enfim, alguma não concretização daquilo que é efetivo. Ou seja, este é um Relatório de um de dezembro de dois mil e treze a trinta e um de janeiro de dois mil e catorze. Na página quatro diz: Os dados dos mapas estatísticos que se apresentam neste Relatório dizem respeito apenas ao período de um a trinta e um de janeiro', e eu percebo perfeitamente isso, que isso aconteça assim, já que os outros serão para o Relatório de Atividades e Orçamento e estes estamos a começar de novo. Só que depois, chegamos à página vinte e dois e à página vinte e três, e temos mapas que se referem a dezembro, por exemplo, outros que não se percebe exatamente - o [?] de dezembro é do 'Rendimento Social de Inserção' [RSI], cuja fonte é o ISS [Instituto da Segurança Social, I.P.]. Depois o outro da página vinte e dois tem a ver com a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens [de Palmela' (CPCJ)], cuja fonte é a CPCJ [de Palmela]. Não se percebe se isto é janeiro só, se é outra coisa qualquer, porque não tem o acumulado como têm todos os outros. E depois andamos um bocadinho por aqui à procura dos mapas, e chegamos à página quarenta e cinco e os mapas têm o dezembro e o janeiro. Então, ou ficamos só no de janeiro como está no princípio ou temos um critério uniforme em todos os departamentos - e agora já são menos, se calhar é mais fácil - ter um critério uniforme para que isto possa operacionalizar.

Depois, uma pergunta que gostava de deixar tem a ver com a ciclovia do Pinhal Novo. Diz o Sr. Presidente na sua Informação que acabou de ler, que a ciclovia - vou ler que é para não dizer coisa que não seja - 'neste sentido convém recordar que a Ciclovia Envolvente Poente ao Pinhal Novo está em curso'. Pronto. E a



minha dúvida é: se está em curso ou se está suspensa? Porque na página trinta e cinco do Relatório diz: *Intervenções a decorrer: Concurso público para a "Construção da Ciclovia Envolvente Poente ao Pinhal Novo - obra a decorrer, sendo no entanto suspensa em virtude da existência de infraestruturas propriedade da REFER Telecom* [– Serviços de Telecomunicações, S.A.], *aguardando-se uma solução técnica a preconizar pela [REFER Telecom]."* Então nós não vimos isto antes?! Mas, está suspenso ou não está suspenso? Pergunta essencial era esta. Está suspenso ou não está suspenso? Porque esta Semana Descentralizada do Pinhal Novo dois mil e treze parece que correu um bocadinho mal, porque fomos inaugurar a ciclovia - não está cá o [Sr. Manuel Lagarto (Presidente da Junta de Freguesia de Pinhal Novo)] agora -, fomos inaugurar a ciclovia na Semana Descentralizada do Pinhal Novo, sim, fizemos uma inauguração praticamente na ciclovia..."

O Sr. Presidente da Câmara:

"Ó, ó, ó Sr. Membro da Assembleia, tenha decoro, porque isso, desculpe lá, isso é ofensivo."

O Sr. José Carlos de Sousa do PS:

"Não, desculpe, fizemos, fizemos uma inauguração. Os jornais publicaram a inauguração [?] da ciclovia. Inaugurámos o furo de água do Terrim..."

O Sr. Presidente da Câmara:

"É pá, sinceramente. Sinceramente!"

O Sr. José Carlos de Sousa do PS:

"...que, entretanto, parece que está para lá emparedado. É verdade! Mas há alguma coisa aqui que não seja verdade?! Não há?"

O Sr. Presidente da Câmara:

"Eu vou deixar de responder aos jornalistas para responder ao Senhor a essas questões, porque essas questões vêm por outra forma."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Vamos aquardar, está bem? Faz favor de terminar a sua intervenção, está bem? Conclua lá."

O Sr. José Carlos de Sousa do PS:

"Se o Sr. Presidente deixar eu concluo, Sra. Presidente. Portanto, a questão da ciclovia gostava, já que está aqui plasmado.

Por outro lado, dos 767.810 m³ (setecentos e sessenta e sete mil, oitocentos e dez metros cúbicos) de água, são todos faturados, ou não? As perdas de Rede estão aqui incluídas, ou não? E quais são? Se é que me conseguem dizer isso assim de palmatoria. Era só, Sra. Presidente. Muito obrigada."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Obrigada. Mais intervenções sobre este primeiro ponto. Por favor, [Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP]."



O Sr. Presidente da Câmara:

"Ai [?] Onde é que, em que página é que está isso da água que é para eu ver?"

O Sr. José Carlos de Sousa do PS:

"Agui."

O Sr. Presidente da Câmara:

"Em que página é que está isso da água, para eu te ajudar, para eu te ajudar a ler."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Sr. Presidente da Câmara espere um bocadinho e depois já responde às questões todas, está bem? [PPD/PSD.CDS-PP], por favor. Tem a palavra [Maria] Rosa Pinto."

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

"Eu tenho aqui só uma dúvida, que o Sr. Presidente... Gostava que me confirmasse: na página cinquenta e seis, *'Estrutura da Receita'*, há um valor para janeiro de dois mil e treze e um valor para janeiro de dois mil e catorze. *'Total de Receitas Correntes'*:

- Em janeiro de dois mil e treze 3.202.957 € (três milhões, duzentos e dois mil novecentos e cinquenta e sete euros), grosso modo;
- Em janeiro de dois mil e catorze 3.338.679 [€] (três milhões, trezentos e trinta e oito [mil], seiscentos e setenta e nove [euros]).

Eu penso que isto, depois está a meio..."

O Sr. Presidente da Câmara:

"Qual é a página minha Sra. Membro da Assembleia?"

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

"Página cinquenta e seis."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Cinquenta e seis."

O Sr. Presidente da Câmara:

"Sim, senhora. 'Estrutura da Receita' foi isso que disse?"

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

"Exatamente. Esses valores de dois mil e treze e dois mil e catorze são valores realizados? Porque depois por baixo aparece um título, *'Receita Previsto Realizado'*. Mas isso é para o mapa de baixo. O de cima como só diz *'Estrutura da Receita'*, fiquei com essa dúvida, mas é a confirmação, não é?"



O Sr. Presidente da Câmara:

"Isto é claro. Eu já explico. Eu já explico. Claríssimo."

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

"E essa variação da percentagem que está à direita, que diz 'percentagem', é o aumento da Receita ou a concretização em percentagem, não é? Portanto, o IMI [Imposto Municipal sobre Imóveis], o IMT [Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis] de janeiro de dois mil e treze face a janeiro de dois mil e catorze sofreu um aumento. Por exemplo, o caso do IMI, em janeiro dois mil e treze, tínhamos 139.168 [€] (cento e trinta e nove mil, cento e sessenta e oito [euros]) e, em janeiro de dois mil e catorze, temos 315.021 [€] (trezentos e quinze mil e vinte e um [euros]). Pronto, era essa a minha dúvida. Está esclarecido."

O Sr. Presidente da Câmara:

"Está esclarecida, não precisa que eu lhe responda?!"

A Sra. Presidente da Mesa:

"Mais questões?"

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

"O Sr. Presidente já me disse que era a concretização."

O Sr. Presidente da Câmara:

"Não, não. Eu vou responder..."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Sr. Presidente vamos ouvir as questões todas, está bem? Mais questões? Há mais alguma questão sobre o Relatório? Pronto, então agora se quiser responder às questões todas, por favor."

O Sr. Presidente da Câmara:

"Muito obrigado, Sra. Presidente. Sr. Membro da Assembleia José Carlos Sousa. Esclarecer que este <u>Ponto Um da Ordem de Trabalhos</u> é por Lei obrigatório, e compete ao Sr. Presidente da Câmara apresentar uma informação acerca da Atividade do Município em determinado período que medeia a realização da última Assembleia, e esta é a Assembleia.

Depois dizer-lhe que gostava de conhecer boas práticas de outros municípios que tenham um documento estruturado desta forma, com uma informação, que não sendo perfeita e completa - nós queremos sempre fazer melhor -, é uma informação de qualidade prestada aos Membros da Assembleia porque eu, infelizmente, não conheço quem forneça noutros municípios informação tão detalhada.

Por último, dizer-lhe que este documento, e estamos numa sessão pública, temos munícipes, temos Srs. Jornalistas, não é do conhecimento dos nossos munícipes e dos nossos jornalistas e, portanto, de um documento de cinquenta e nove páginas eu fiz uma leitura sintética, um resumo de três páginas. E, portanto, eu, a não ser que legalmente ou regimentalmente me seja vedado, farei sempre questão de ler a introdução e de acrescentar algo que considere pertinente para a informação dos nossos munícipes, porque acho que tenho esse dever de informação.



Dito isto, sobre <u>alterar metodologias, datas</u>, etc. Pode haver aqui uma gralha nesta nota prévia, ou esta nota prévia pode querer referir-se a um determinado, a um determinado departamento. Quando diz: *'Os dados dos mapas estatísticos que se apresentam neste Relatório dizem respeito apenas ao período de um a trinta e um de janeiro'*, pode haver aqui uma gralha e que tenha – dá-me licença? – e que tenha que ver até possivelmente com estes dados do funcionamento de órgãos autárquicos. Mas a informação é do período de um de dezembro a trinta e um de janeiro. Portanto, não há qualquer contradição com o facto de lá mais à frente noutros quadros aparecer a referência aos dois meses. Talvez seja uma questão de lesa-pátria. Eu considero que não tem grande importância.

Sobre a ciclovia de Pinhal Novo. A informação que aí tem é correta. É que à data da elaboração do Relatório, a obra foi suspensa para não responsabilizarmos o empreiteiro pelo problema que sugeriu. E devo dizer-lhe que o problema que sugeriu não é, tal como o Senhor certamente pretende fazer crer, da responsabilidade do Município, porque como o Senhor sabe, no anterior Mandato, o projeto foi aprovado, teve de ser aprovado, obrigatoriamente aprovado, pela REFER, e a REFER aprova um projeto que tem na zona de vala de drenagem de águas pluviais, porque se esqueceu de contactar a REFER Telecom - é isto?! Que eu nem sabia que existia uma REFER Telecom dentro da REFER -, que tem um cabo de fibra ótica de comunicações, entende? E, portanto, nós não poderíamos chegar lá e partir o cabo e, obviamente, o que temos estado a fazer neste momento, sabe o que foi Sr. Membro da Assembleia? Simples, defendendo o interesse do Município, mas para não parar a obra, arranjámos uma solução com os técnicos da REFER, depois de muita contenda, para imediatamente retomarmos os trabalhos; que foram retomados esta semana. E a questão jurídica depois de quem paga isso, porque isso vai implicar trabalhos a mais, vamos deixar para os nossos juristas, porque a obra não vai ficar parada por causa do braço de ferro de quem paga, porque nós temos a convicção de que fizemos tudo aquilo que tínhamos que fazer e quem aprovou mal o projeto e que se esqueceu que tinha lá um cabo de fibra ótica, que agora quer que seja a Câmara a pagar essas alterações, tem que ser responsabilizado, e certamente não será a Câmara Municipal. Portanto..."

O Sr. José Carlos de Sousa do PS:

"Então, já não está suspenso?"

O Sr. Presidente da Câmara:

"Não está suspensa. A obra está desde esta semana de novo em laboração.

A outra questão que colocou sobre a áqua, acabou depois por dizer que é na página trinta..."

O Sr. José Carlos de Sousa do PS:

"E dois."

O Sr. Presidente da Câmara:

"Trinta e dois. Sr. [Membro]: na página trinta e dois - ou trinta e três, é isso?!"

O Sr. José Carlos de Sousa do PS:

"Não, trinta e dois."

O Sr. Presidente da Câmara:

"Página trinta e dois, e refere-se ao quê?"

O Sr. José Carlos de Sousa do PS:



"Sétima [?] linha: 'Foram realizadas... e distribuídos 767.810 m³ (setecentos e sessenta e sete mil, oitocentos e dez metros cúbicos) de água.""

O Sr. Presidente da Câmara:

"Com certeza, Então é assim..."

O Sr. José Carlos de Sousa do PS:

[Em virtude da má qualidade do áudio da gravação, por não se ter recorrido ao uso do microfone, não é possível apresentar o início da sua intervenção.]

"... faturados?"

O Sr. Presidente da Câmara:

"Sr. Membro da Assembleia. Esta informação é uma informação dada nos termos legais. Nós temos que dizer a água, e temos esses indicadores, a água que captamos e que metemos na rede para distribuição, certo? Isso é feito, é comunicado às entidades, pagamos taxa de Recursos Hídricos de acordo com este valor. A água que é metida na rede, naturalmente, não é toda faturada. Não é toda faturada porque fica metida na rede, ponto um. Não é toda faturada porque há regas e porque quando há roturas, e há válvulas de seccionamento que têm que ser cortadas, ou que têm que despejar, temos de desperdiçar água. É esta a questão que se coloca. Mais alguma questão sobre esta matéria?"

O Sr. José Carlos de Sousa do PS:

"Era só tentar perceber se esta é a captada, qual é a paga, que é para [tentarmos] perceber..."

O Sr. Presidente da Câmara:

"Olhe, Sr. Membro da Assembleia. Se o Senhor consultar, e já foi Vereador, a Matriz da Água de Palmela acaba por ter no final de cada ano, depois, após a publicação da Matriz, a comparação entre volume de água captada, o volume de água faturada. E depois, a diferença não corresponde às perdas, porque nós utilizamos na rega, porque a Proteção Civil utiliza a água da rede também. E, portanto, está lá devidamente explicado relativamente à de dois mil e doze, e o Senhor teve a oportunidade de ver isso. E já foi feito um estudo até de média, por metro quadrado de relva quanto é que se utiliza na rega, para estimar isso, porque nem toda as zonas o sistema de rega teve, noutros tempos, a possibilidade de colocação de contadores para monitorizarmos esses consumos e, portanto, está lá explicitado qual é o volume de perdas. É, ainda assim, em nosso entender, porque faltam outro tipo de indicadores, uma percentagem considerável. Quando fizermos o apuramento do ano de dois mil e treze faremos a publicação da Matriz da Água de Palmela referente a dois mil e treze e teremos oportunidade de ver se as perdas têm vindo a reduzir, ou não. De dois mil e onze para dois mil e doze, como pode constatar, houve progressos. Ainda não são satisfatórios. Muito Obrigado."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Obrigada, Sr. Presidente. Então, Srs. Membros da Assembleia passamos..."

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

"Sra. Presidente? O Sr. Presidente disse que la responder à questão do..."



O Sr. Presidente da Câmara:

"Ah, sim senhor. Relativamente à página cinquenta... Sra. Membro da Assembleia: para lermos bem os quadros que aqui estão, estes quadros estão de acordo com aquilo que nós fazemos para todos os Membros da Assembleia, para os Sr. Vereadores, para todos os eleitos, a estrutura da Receita e esta comparação que aqui tem é a comparação de, em janeiro de dois mil e treze, em trinta e um de janeiro, tinha arrecadado em cada uma destas rubricas esta Receita. E a percentagem que aqui tem é a percentagem relativamente ao Orçamento do ano. Faço-me entender? Obviamente há aqui um acréscimo, em janeiro de dois mil e catorze, dos impostos diretos, há um acréscimo do IMI, mas não significa que o IMI tenha crescido em percentagem. Isto é a cobrança. É porque a cobrança não se faz sempre ao mesmo ritmo. Nós estamos a receber em janeiro, IMI que devia ter sido pago possivelmente em meses anteriores - da terceira prestação está ali o Sr. Diretor [do Departamento de Administração e Desenvolvimento Organizacional] a dizer -, ou até questões que houve reclamações, que houve revisão, etc., etc., e, portanto, é normal que isto flutue.

As conclusões sobre o aumento do IMI, em dois mil e catorze, não vão certamente ser estas, porque nós baixámos, mas também fico feliz se houver mais prédios a serem tributados. Ou seja, se o aumento decorrer não da baixa que fizemos, porque não faz sentido se baixámos receber mais, ou se decorre de termos conseguido introduzir no sistema prédios que não eram pagadores, ou porque estavam por legalizar, etc., etc., e passaram a ser tributados conforme é direito e dever da Administração fazer."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Muito bem. Sr. Presidente, está? Então, Sr. Membros da Assembleia passamos ao Ponto número Três, por favor."

<u>PONTO TRÊS – Designação dos Representantes da Assembleia Municipal no Conselho</u> Municipal de Juventude de Palmela.

A Sra. Presidente da Mesa:

"Esta, esta proposta implica que cada, que cada, que cada Partido, desculpem, indique os seus representantes uma vez que é isso que a Lei impõe. Nós, já agora só partilhar aqui uma dúvida que tive e que acho que mais pessoas tiveram, mas julgo que finalmente uma leitura mais atenta da Lei não deixa margem para dúvidas. Portanto, nós estamos a falar de um representante, de facto, de cada Partido e não propriamente de cada Bancada, não é? O que significa que, no caso das Bancadas que são constituídas por mais do que um Partido, há lugar à indicação de mais do que um Membro.

Portanto, eu pedia neste caso a cada Bancada, ou, aliás, a cada Partido, desculpem, que a cada Bancada que indicasse os seus representantes. Com este alerta, repito, que é as Bancadas que são constituídas por mais do que um Partido, têm direito a indicar mais do que um Membro. Quem, quem quer começar por favor? Convido a CDU a indicar os seus representantes."

O Sr. Domingos Rodrigues da CDU:

"Tendo em linha de conta de facto o que foi dito pela Sra. Presidente, a nossa Bancada é composta por duas forças políticas, o Partido Comunista Português [PCP] e o Partido Ecologista "Os Verdes" [PEV]. Estamos em condições de indicar os dois nomes, que é: Cristina Moura, pelo [PEV], e a Ana Cláudia Manuelito pelo PCP."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Sim, senhor, muito bem. Pedia agora ao [PS] que indicasse o seu representante."

O Sr. Raul Cristóvão do PS:



"Eu, logicamente que a interpretação é a interpretação, apetecia-me quase fazer aqui uma coligação de sete ou oito movimentos para ter sete ou oito representantes no Conselho Municipal de Juventude, porque penso que efetivamente as questões, as questões são assim mesmo, não é? Nós temos oito representantes aqui, somos a segunda força e temos direito a um, não é? E, portanto, as questões são assim mesmo. Apeteciame quase dizer que temos aqui dois independentes, mais nós, tenho que pô-los num Partido qualquer para ter mais um representante. Mas o nosso representante é o Bruno Grazina."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Muito bem. Pedia agora à Bancada 'Palmela Mais', [PPD/PSD.CDS-PP], por favor, que indicasse os seus representantes."

Pelas zero horas e seis minutos ausentou-se da participação dos trabalhos o **Sr. Pedro Sérgio do PPD/PSD.CDS-PP**.

A Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:

"O representante do [PPD/PSD] é a Teresa Marta, do CDS-PP [Maria] Rosa Pinto."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Muito bem, obrigada. E ao [BE] que indicasse o seu representante."

O Sr. Carlos Oliveira do BE:

"Nós indicamos o Pedro Daniel Cardoso Barcelos."

A Sra. Presidente da Mesa:

"É da Assembleia?"

O Sr. Carlos Oliveira do BE:

"Não."

Houve várias intervenções por parte de alguns Membros da Assembleia Municipal, mas em virtude de terem sido proferidas em simultâneo e sem terem recorrido ao uso do microfone, não é possível transcrevê-las.

O Sr. Carlos Oliveira do BE:

"Desconhecia esse fato, mas tem que... Nós pensávamos que fosse um elemento exterior da Bancada"

A Sra. Presidente da Mesa:

"Não. Desculpem lá, desculpem lá. Nós fazemos muito ruído. Não, vamos lá a ver, já agora esta questão é uma questão importante também. Esta Lei de facto, desculpem, mas é uma Lei um bocadinho, nós tivemos oportunidade de a discutir várias vezes nesta Assembleia e de manifestar inúmeras reservas sobre vários aspetos e não é para reatar velhas batalhas, mas quero dizer-vos com toda a sinceridade que é uma Lei feita, desculpem a expressão, «com os pés». Como acabou por ser dito pelo [PS], não tem nenhuma lógica isto que nós estamos a fazer mas que a Lei impõe. Seja, nós, quer dizer, é a primeira vez na história desta



Assembleia, digo desta Assembleia porque enfim é do órgão que estamos a falar, é a primeira vez que eu me lembro de ver a CDU que concorre assumidamente, assumidamente, em coligação, aliás a CDU tem uma coligação, não é, com [o PEV], não é sequer uma associação conjuntural ou uma ligação conjuntural como, enfim, neste caso o [PPD/PSD] e [CDS-PP] fizeram para esta Assembleia e é a primeira vez que a CDU, por exemplo, está confrontada com esta necessidade de indicar dois Membros, mas a Lei impõe, e nós discutimos isto bastas vezes, bastas vezes.

O mesmo se coloca relativamente à questão que o [BE], desculpem lá, relativamente à questão que o [BE] está agora a colocar, e bem, é que também há essa, também há essa discussão e também há quem tenha a interpretação de que, porque são pessoas indicadas pelos Partidos e porque são representantes dos Partidos podem ser fora do respetivo órgão. Ora, depois de alguma discussão em torno desse tema também, parece não restar qualquer dúvida de que são Membros indicados pelos Partidos, de entre, de entre os eleitos no órgão e, portanto, essa é a razão pela qual, embora repito, tenha havido essa interpretação, não é de facto assim."

O Sr. Carlos Oliveira do BE:

"Então nesse caso, nós indicamos a Tânia Ramos, para o Conselho."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Muito bem, sim senhor, pronto. Então com esta indicação, portanto, aqui como se compreende porque estamos a tratar de Membros indicados pelos Partidos não há lugar a votação secreta, portanto, nós não temos que concordar ou discordar dos Membros que os Partidos indicam, temos apenas que votar a proposta de acordo com o cumprimento destas regras."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por unanimidade, com vinte e oito votos a favor (dezassete da CDU, oito do PS, dois do PPD/PSD.CDS-PP e um do BE). Aprovado em minuta.

<u>PONTO QUATRO – Eleição de Representante para integrar o Conselho Local de</u> Mobilidade.

A Sra. Presidente da Mesa:

"Pronto, passamos agora então há eleição do representante para integrar o Conselho Local de Mobilidade [CLM]. Aqui a proposta apresentada sugere a indicação do Membro António Manuel Caeiro Mestre e neste caso porque se trata de uma eleição e não duma designação, nós temos que proceder a votação secreta. Portanto, já estamos a distribuir os boletins."

Pelas zero horas e dez minutos o **Sr. Pedro Sérgio do PPD/PSD.CDS-PP** retomou a participação nos trabalhos.

A Sra. Presidente da Mesa:

"Srs. Membros da Assembleia vamos proceder à chamada e vamos votar, está bem? Por favor."

No seguimento foi efetuada a votação uninominal, por escrutínio secreto, na presença da Sra. Presidente da Mesa e do Primeiro e Segundo Secretário.



A Sra. Presidente da Mesa:

"Só uma, desculpem lá, só uma notinha, só uma notinha enquanto se contam os votos, desculpem lá. Senhores, Senhores, nós temos que ser mais disciplinados! Esta Assembleia está muito agitada.

Nós não, nós não, eu deixei passar um aspeto, desculpem, que tem que ver com a votação do Membro designado. Não pode votar de acordo com o Regulamento."

A Sra. Ilda Fino do PS:

"Pois, está impedido nos termos do Código do Procedimento Administrativo e do Regimento."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Portanto, nós no final, nós no final, retiraremos aos votos 'Sim', um voto, está bem? E regularizaremos."

A Sra. Ilda Fino do PS:

"Eu ia propor a anulação da votação"

A Sra. Presidente da Mesa:

"O quê? O quê? O quê?"

A Sra. Ilda Fino do PS:

"Eu queria apresentar uma proposta à Mesa."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Diga lá, diga lá."

A Sra. Ilda Fino do PS:

"Eu sou Jurista, desculpem-me, mas eu acho que para fazer as coisas como deve de ser, nós temos que anular esta votação e fazer uma nova votação, apesar das delongas, porque é assim..."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Então, a Assembleia vai esperar que se façam novos boletins de voto."

A Sra. Ilda Fino do PS:

"Eu só estou a dizer isto para em termos futuros, para cumprimos a legislação, não é? Porque, quer dizer, há regras a cumprir."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Oiça, ninguém está, ninguém está a duvidar. Ninguém está a duvidar."

A Sra. Ilda Fino do PS:



"Eu posso explicar, já agora, posso explicar, só a concluir porque há pessoas que não percebem e eu vou explicar. Posso explicar? É que nos termos do, quer do Regimento que foi transcrito nos termos do artigo, até que entrou em vigor hoje, nos termos do artigo 28, diz que em termos de 'Impedimentos - [Considerase] existir impedimento dum membro da Assembleia, em relação a determinada matéria: Quando [nela] tenha interesse por si...', e, neste caso, 'o interesse por si' é a pessoa em questão que está a ser votada. Portanto, nesse aspeto se estando impedido não pode votar." — [vide alínea a) do ponto 2 do artigo 28.º do Regimento da Assembleia Municipal de Palmela].

A Sra. Presidente da Mesa:

"Ó [Sra. Ilda Fino do PS], isso é claríssimo, foi uma distração. Oiça, foi uma distração. Eu dou-lhe um exemplo: nos órgãos autárquicos, quer dizer, desculpem lá, desculpem lá - não interessa vamos anular a votação..."

A Sra. Ilda Fino do PS:

"Tudo bem que foi uma distração."

A Sra. Presidente da Mesa:

"... nos órgãos autárquicos é por Lei, como é evidente, qualquer pessoa que tenha implicação direta ou indireta na matéria que está a ser votada não pode votar. Ora, acontece frequentemente que nós temos eleitos que são até membros de associações e às vezes acontece por distração haver uma votação. Imediatamente a situação é retificada e faz-se da maneira como eu estava, enfim, a..."

A Sra. Ilda Fino do PS:

"Mas isso pode não corresponder à realidade, não é?"

A Sra. Presidente da Mesa:

"Mas o que é a 'realidade?' Não estou a perceber?"

A Sra. Ilda Fino do PS:

"Da votação. Tem que ser repetida."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Pronto, sim senhora, não tem problema nenhum. Esperamos todos e vamos fazer novos votos. Não há problema nenhum."

Pelas zero horas e dezanove minutos foram os trabalhos interrompidos.

Pelas dezanove horas e vinte minutos foram retomados os trabalhos.

A Sra. Presidente da Mesa:



"Já fomos fazer novos votos. Sras. e Srs. Membros da Assembleia, desculpem lá, vamos continuar? Sras. e Srs. Membros da Assembleia vamos continuar? É que se vamos continuar há pessoas a pedirem a palavra, está bem? Não.. Faz favor, Sr. Membro."

O Sr. Bruno Grazina do PS:

"Não creio, não creio que haja qualquer, qualquer problema, ou não haveria qualquer problema se os votos fossem todos no mesmo sentido. Poderia-se retirar um, passava à frente. Agora a questão é que existindo diversos sentidos de voto, faz todo o sentido repetir a votação."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Mas os Senhores não ouvem? Os Senhores não ouvem? Desculpe, dá-me licença? Os Senhores não ouvem?"

O Sr. Bruno Grazina do PS:

"Mas houve abstenções? Não?"

A Sra. Presidente da Mesa:

"Não, os Senhores não ouvem. Eu acabei de dizer que retirávamos aos votos favoráveis, retirávamos um. Obviamente, não lhe passa pela cabeça, não é, que a pessoa que vai ser eleita não votasse. Portanto, se nós..."

O Sr. Bruno Grazina do PS:

"Tudo bem, mas juridicamente o procedimento é esse, Sra. Presidente."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Desculpe, desculpe. Oiça. Oiça. Não vale a pena. Olhe..."

O Sr. Bruno Grazina do PS:

"A Sra. Presidente é que não percebeu o que eu estava a tentar explicar."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Oiça, não vale a pena. Não vale a pena. Vamos... Não vale a pena, vamos lá ver. Eu percebo perfeitamente que do ponto de vista estritamente jurídico, do ponto de vista estritamente jurídico é evidente que é como a Sra. Membro Ilda Fino [do PS] acabou de dizer. Ou seja, é uma votação anulada. Não há nenhuma dúvida! A única coisa que eu estava a sugerir era um expediente que é absolutamente, quer dizer, neste caso é infalível - é infalível! -, que é aos votos favoráveis à proposta retira-se um voto! É muito simples."

O Sr. Bruno Grazina do PS:

"Mas o que eu estaria a... O que eu referi..."



A Sra. Presidente da Mesa:

"Desculpe, portanto, isto não altera em nada o sentido da votação! Agora, se os Senhores entendem que devemos ser rigorosos, estamos a ser rigorosos. Portanto, não há outra solução. Já temos votos feitos."

O Sr. Bruno Grazina do PS:

"Era só um esclarecimento adicional."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia, estamos todos prontos para repetir a votação? Vamos fazer a chamada. Eu pedia ajuda à... em cada Bancada que vissem quem falta. Já agora, desculpem lá, porque eu vou fazer a votação. Vou fazer, repetir a votação. Vamos começar a chamar, por favor. Vá, vamos embora, tenham paciência."

Pelas zero horas e vinte e três minutos ausentou-se da participação dos trabalhos o **Sr. António Mestre da CDU**.

Efetuada a votação uninominal, por escrutínio secreto, e a respetiva contagem de votos, na presença da Sra. Presidente da Mesa e do Primeiro e Segundo Secretário, apurou-se o seguinte resultado:

Eleição de Representante para integrar o Conselho Local de Mobilidade

23 (vinte e três) votos a favor

Sr. António Manuel Caeiro Mestre

5 (cinco) votos em branco

0 (zero) votos nulos

Pelas zero horas e vinte e nove minutos o **Sr. António Mestre da CDU** retomou a participação nos trabalhos.

O Sr. Presidente da Câmara:

"Eu queria fazer... Sra. Presidente, peço desculpa, mas eu sob a forma de interpelação à Mesa queria propor um Voto de Saudação, muita saúde e felicidades, e muitos anos de vida ao nosso Membro da Assembleia [Sr.] Domingos Rodrigues [da CDU], que faz anos hoje."

A Sra. Presidente da Mesa:

"Por quê, faz anos hoje? Ah, sim senhor. Parabéns."

No seguimento houve aclamação por parte de todos os Membros da Assembleia Municipal.

Não havendo mais assuntos a tratar, a **Sra. Presidente da Mesa** declarou encerrada a sessão pelas zero horas e trinta e dois minutos do dia um de março de dois mil e catorze, da qual se lavrou a presente ata,



que eu, **Carlos Alberto da Silva Caçoete**, na qualidade de Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi.

Palmela, um de março de dois mil e catorze.